

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,  
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**DANIEL TEIXEIRA RODRIGUES**

**ESTUDO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS  
REPRESENTAÇÕES NA ESCOLA**

**SÃO MATEUS-ES  
2018**

DANIEL TEIXEIRA RODRIGUES

ESTUDO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS  
REPRESENTAÇÕES NA ESCOLA

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do Cricaré como requisito avaliativo no Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Área de concentração: Educação.

Orientadora: Dr<sup>a</sup> Kátia Gonçalves Castor

SÃO MATEUS – ES  
2018

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

R696e

Rodrigues, Daniel Teixeira.

Estudo do programa bolsa família e suas representações na escola / Daniel Teixeira Rodrigues – São Mateus - ES, 2018.

65 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2018.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Kátia Gonçalves Castor.

1. Escola. 2. Programa bolsa família. 3. Esperança. 4. Sociedade. I. Castor, Kátia Gonçalves. II. Título.

CDD: 371.19

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

**DANIEL TEIXEIRA RODRIGUES**

**ESTUDO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS  
REPRESENTAÇÕES NA ESCOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovado em 24 de novembro de 2018.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



---

**Profa. Dra. Kátia Gonçalves Castor**  
**Faculdade Vale do Cricaré (FVC)**  
**Orientadora**



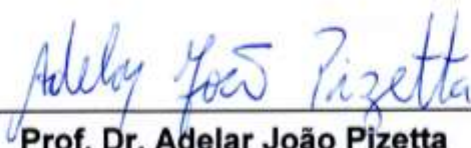
---

**Profa. Me. Luana Frigulha Guisso**  
**Faculdade Vale do Cricaré (FVC)**



---

**Prof. Dr. Edmar Reis Thiengo**  
**Faculdade Vale do Cricaré (FVC)**



---

**Prof. Dr. Adelar João Pizetta**  
**Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)**

Esta dissertação é dedicada a Deus, que me orientou até aqui, sustentando-me nos momentos de fraquezas e me exaltando nos pontos fortes. Também a minha família, razão pela qual sempre tracei meus objetivos e os persegui, na certeza de que a vitória seria o produto final.

## **AGRADECIMENTO**

A Deus, Ser que me acompanha e a quem devo tudo o que sou, enquanto pessoa e profissional.

Aos meus familiares, pessoas que se colocaram sempre na torcida e incentivo, conhecendo minhas capacidades e fraquezas, vibrando a cada passo.

Aos colegas e professores da turma de Mestrado a qual participei. Independentemente da distância, ficará a certeza de muito aprendizado e amizades.

Aos colegas de trabalho, que me acompanharam nesta caminhada, indiretamente, mas também motivando e compreendendo algumas ausências em função das leituras e dedicação ao texto.

Aos alunos da escola em que trabalho, especialmente aos inscritos no Programa Bolsa Família, perseverem, sejam fortes e nunca desistam das vitórias que têm a conquistar.

## LISTA DE SIGLAS

AF - Acompanhamento Familiar

CAD - Cadastro

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CH - Carga Horária

CMES - Conselho Municipal de Educação do Espírito Santo

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental

ES - Espírito Santo

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social

MS - Ministério da Saúde PBF - Programa Bolsa Família

PPP - Projeto Político Pedagógico

Sicon - Sistema de Informações do Congresso Nacional

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

## RESUMO

O objetivo é analisar como se formam as representações dos sujeitos e as implicações dessas na Educação e na emancipação social dos indivíduos através do PBF, para isso procuremos compreender e refletir sobre as representações dadas ao PBF na EMEF “P” com o intento de verificar se os alunos beneficiários do PBF são beneficiados nos aspectos cognitivos e social e também percebe como são formadas tais representações por parte dos sujeitos pesquisados. Levando em consideração que o foco da pesquisa é um estudo sobre o Programa Bolsa Família, as representações que uma comunidade escolar fazem dele e as implicações dessas na educação. Buscamos dialogar com estudiosos que desenvolveram pesquisas no campo de políticas públicas para entendermos as reverberações com a educação, de forma que essas possam contribuir com nossa proposta de investigação. Por ser lócus da pesquisa a EMEF Padre Gabriel optamos por desenvolver a caracterização da mesma junto à metodologia de pesquisa qualitativa do tipo participante e como principal instrumento de coleta de dados o grupo focal que é possível identificarem tendências sem expor os participantes mesmo diante de uma relação de confidencialidade. Outros recursos metodológicos que utilizamos para compreender os processos da inclusão no município de Serra foram uma pesquisa bibliográfica e entrevistas como recursos de coletas de dados com professores e pais de alunos cadastrados no Programa Bolsa Família. Concluímos afirmando que após este ESTUDO o problema detectado obteve resposta a contento, pois se percebeu que o Programa Bolsa Família é uma esperança de melhorias na educação e na diminuição da pobreza local, oportunizando que a comunidade se desenvolva e melhore em aspectos como: educação, saúde, busca pelos direitos, cumprimento dos deveres.

**Palavras-chave:** Escola. Programa Bolsa Família. Esperança. Sociedade.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>17</b>
2.1 A POLITICA E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	17
2.2 A FENOMENOLOGIA DA RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA.....	18
2.3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR E A RELAÇÃO PROFESSOR / ALUNO: ESCOLA E SOCIEDADE.....	21
2.4 A PARCERIA FAMÍLIA/ESCOLA.....	24
<b>2.4.1 A Legislação educacional.....</b>	<b>27</b>
<b>2.4.2 O que os pais esperam da escola e o que a escola espera dos pais.....</b>	<b>29</b>
2.5 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA FREQUÊNCIA E RENDIMENTO ESCOLAR.....	32
2.6 IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO ACOMPANHADO E BENEFICIADO PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	33
<b>3 DIÁLOGOS COM AS PESQUISAS: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS.....</b>	<b>38</b>
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>46</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCUS DE PESQUISA.....	46
4.2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.....	48
<b>5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....</b>	<b>51</b>
5.1 PERCEPÇÕES DAS PROFESSORAS.....	52
5.2 PERCEPÇÕES DOS PAIS DOS ALUNOS.....	53
5.3 DIÁLOGOS COM OS GRUPOS FOCAIS.....	54
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>



<b>APÊNDICES.....</b>	<b>65</b>
APÊNDICE 1: ENTREVISTA COM PROFESSORAS .....	65
APÊNDICE 2: ENTREVISTA COM PAIS.....	66

## 1 INTRODUÇÃO

O interesse pela temática tem estreita ligação com a trajetória de vida pessoal, profissional e acadêmica. No primeiro caso, as razões de ordem pessoal podem ser referenciadas pelas experiências de estudante em escolas públicas e pelo meio familiar que se mostrou, com uma mãe que, apesar de não ter concluído o ensino primário, foi capaz de criar dez filhos e nos ensinou, desde muito cedo, a importância da educação formal para a emancipação de vida de um indivíduo.

Nessa perspectiva, optamos por utilizar como locus de pesquisa a EMEF “P”, onde pensamos que possibilitará evidenciar a percepção dos sujeitos da pesquisa ( pedagogos, professores e técnicos da Secretaria de Educação de Serra-ES que acompanham o programa) em relação à temática abordada, optamos por realizar três encontros com públicos distintos: um com os profissionais de assessoramento Pedagógico; outro, com técnicos da Secretaria de Educação/Serra responsável pelo monitoramento do programa e por fim um terceiro encontro com professores e diretor.

Com este estudo, objetivamos investigar, por meio dos relatos de membros de uma comunidade escolar, representações dadas ao Programa Bolsa Família na Escola, cujo intento é o de beneficiar alunos de baixa renda, propiciando-lhes a oportunidade de promoção social por meio da educação.

Partimos da hipótese de que muitas representações se dão a partir do senso comum, com informações que não condizem com os embasamentos do Programa e que, assim, compõem as falas de membros da comunidade escolar, beneficiários ou não do Programa.

Considerando todo meu percurso acadêmico e profissional elegemos como tema principal da pesquisa um estudo do Programa Bolsa Família e suas representações na escola.

Com sete anos de idade, fui aluno do primeiro ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal de Vitória “Presidente Amorim”, localizada no bairro Bonfim. Era o ano de 1972 e iniciava o processo de alfabetização. No entanto, a minha condição de criança com gagueira, com a língua presa, impediu-me de ler com fluência, conduziu-me a reprovação e estendeu essa etapa em minha vida.

No terceiro ano, ainda imerso ao sentimento de exclusão que me acometeu logo no primeiro ano de escolaridade e como uma criança tímida, pouco entrosada e que, por isso, faltava muito, fiquei reprovado por mais uma vez. O que me tirou desse quadro de reprovações foi o olhar de uma irmã professora que tive, a qual abraçou meu problema, transferiu-me para a escola onde trabalhava e conduziu-me a um processo de alfabetização que tinha como base o reforço escolar, no contraturno, ofertado a alunos com dificuldade de aprendizagem.

Superadas as dificuldades do período da alfabetização e dando continuidade a minha vida estudantil, no início da década de oitenta, em decorrência do meu bom rendimento escolar no ensino fundamental II (antigo ginásial), cursado na Escola Municipal “Álvaro de Castro Mattos”, localizada no bairro Jardim da Penha, Vitória - ES, fui contemplado com uma bolsa de estudos com 50% de desconto para cursar o ensino médio (antigo Segundo Grau) em uma escola particular. Com muita dedicação aos estudos e ajuda de familiares, concluí o ensino médio e, após um ano de cursinho, consegui aprovação no vestibular para ingressar na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduei em Educação Física, em 1990, e dei sequência a minha formação acadêmica três anos mais tarde ao ingressar no curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Física Escolar na mesma instituição.

Após aprovação em concurso público realizado em 1991, dei início à vida profissional como professor de Educação Física na rede municipal de ensino de Serra - ES. Três anos foram suficientes para que colegas, professores da escola onde atuava, percebessem meu compromisso com os principais debates que envolvem a educação brasileira e para me incentivarem a representá-los junto às reuniões do sindicato dos professores e ao conselho daquela escola. Imerso nesse papel de representação docente, em 1995, dei sequência a minha trajetória social, política e pedagógica sendo eleito pelo conselho de escola para assumir a função de Diretor Escolar.

Posteriormente, realizei novo concurso público para atuar na rede estadual de educação do Espírito Santo. Sendo aprovado e convocado para o cargo de professor de Educação Física, em 1996, optei por atuar no Ensino Médio e, assim como na rede pública municipal, três anos também foram suficientes para que os novos colegas professores percebessem meu compromisso com a educação brasileira elegendo-me

para assumir, depois de ter deixado o cargo na rede municipal de ensino de Serra, a direção de outra escola, por onde fiquei, por dedicação exclusiva, até o ano de 2006.

A atuação profissional como professor e diretor escolar em escola pública municipal possibilitou-me perceber as diversas nuances que perpassam a educação, no que diz respeito ao financiamento de recursos, aos programas pedagógicos, aos programas de gestão e às políticas públicas. No entanto, ao retornar à rede municipal na função de professor, percebi que vinha trabalhando por objetivos que não me pertenciam, contradizendo a minha posição política, sendo passivo diante de determinadas práticas ao ponto de reproduzir objetivos e práticas conservadoras.

No ano de 2007, indicado para direção “pro tempore” na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) “Jonas Farias”, no bairro Nova Carapina, na Serra, ES, passei a atuar na perspectiva de colaborar para o desenvolvimento de novas práticas educacionais tendo o professor como agente socializador, protagonista do conhecimento, visando a emancipação das classes menos favorecida, que é o perfil socioeconômico da comunidade onde a escola está inserida. Atuei nesta comunidade até o ano de 2012, quando em um processo de eleição direta para diretor escolar fui derrotado por uma diferença de sete votos.

Em 2013 retornei para docência na rede municipal e na rede estadual, em escolas localizadas em bairros periféricos do município de Serra com relevantes problemas sociais. Em 2015 foi aberto processo seletivo interno para o cargo de diretor e coordenador escolar no município de Serra e, após submeter-me à prova escrita, avaliação de plano de ação e consulta pública, assumi, em 2016, a direção da EMEF “Padre Gabriel”, eleito com mais de cinquenta por cento dos votos para o triênio 2016 - 2018.

Considerando que, para garantir a funcionalidade de uma unidade de ensino, estamos constantemente nos relacionando com pessoas que são de naturezas biológicas, social e culturalmente diferentes, tenho ciência de que os problemas emanados por tais diferenças são complexos, mas desafiadores, e isso têm me conduzido a, tantas vezes, pleitear e assumir a vaga de diretor escolar.

A necessidade de buscar por conhecimento na área de gestão escolar, imposta para a função que hoje exerço, conduziu-me ao curso de Mestrado em Gestão Social,

Educação e Desenvolvimento Regional, da Faculdade do Vale do Cricaré, em São Mateus – ES. Ainda, percebendo que as políticas públicas sociais de distribuição de renda do Governo Federal têm estreita relação com a Educação, uma vez que disponibilizam valores em dinheiro para famílias que têm filhos matriculados e regulares em frequência na escola, inquietei-me com as representações que a comunidade escolar em geral tem do Programa Bolsa Família e quais os impactos dos beneficiários desse programa no desempenho escolar, na aprendizagem, na elevação dos índices.

Como em uma sondagem, em debates com membros da comunidade escolar da EMEF “Padre Gabriel”, no período de reformulação do Projeto Político Pedagógico (PPP), em 2016, opiniões diversas foram constatadas no discurso dos participantes (professores, pedagogos, coordenadores, técnicos, alunos, pais e demais servidores) em relação aos benefícios do Programa Bolsa Família, no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem dos cerca trezentos alunos beneficiários nessa escola. Em sua maioria as opiniões apareceram de maneira negativa sobre os efeitos do Programa, além das opiniões de alguns servidores serem enfáticas ao afirmarem que o Programa deveria acabar.

Diante da percepção de que os discursos dos membros de uma comunidade em relação ao Programa Bolsa Família, via de regras, eram baseados no senso comum, senti a necessidade de desenvolver um estudo sobre a temática, na perspectiva de trazer à tona as contradições intrínsecas às políticas sociais dos programas de transferência de renda que para uns caracterizam-se como pré-requisito essencial ao legítimo exercício da cidadania, e para outros não passa de uma ação paternalista inibidora da autossuficiência individual. Dessa forma, com este trabalho buscaremos elucidar questões obscuras a respeito do referido programa. Para isso, o problema que desencadeou esta pesquisa foi: Como se formam as representações dos sujeitos e as implicações dessas na educação e na emancipação social dos indivíduos através do Programa Bolsa Família?

Para auxiliar na problemática elegemos como objetivo geral compreender e refletir sobre as representações dadas ao Programa Bolsa Família na EMEF “P”.

Nosso intento é o de verificar se alunos de baixa renda, são beneficiados por esta política pública; bem como tentar perceber como são formadas as representações por parte dos sujeitos pesquisados.

Diante de nossas motivações para a pesquisa, que têm estreita ligação com a trajetória pessoal, profissional e acadêmica do pesquisador, do quadro que traçamos a partir dos estudos empreendidos de pesquisas que versam sobre o mesmo objeto de estudo que o nosso, o Programa Bolsa Família, desenvolvemos objetivos específicos que, inicialmente, podem ser materializados por meio dos seguintes questionamentos:

- Identificar quais representações são evidenciadas nas falas de membros de uma comunidade escolar a respeito do Programa Bolsa Família;
- Quais as concepções de política, cidadania e educação são apresentadas nos discursos dos envolvidos na pesquisa;
- Como o Programa Bolsa Família, posto como uma alternativa de beneficiar famílias de baixa renda, pode propiciar a promoção social por meio da educação; e qual a relação que se pode observar entre o Programa Bolsa Família e o desenvolvimento do aluno beneficiário nos aspectos: cognitivo e social.

Considerando que o nosso objeto de estudo está imerso no campo político, social e educacional, elegemos esses termos como categorias de análise para nosso estudo. Para tanto, precisamos partir de um embasamento teórico que nos ajude na sustentação das ideias que almejamos defender.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A POLITICA E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Estudos de avaliação concluídos e divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, que é responsável pelo Programa Bolsa Família, apontam para resultados otimistas. Assim, a nota técnica 110/2010 da SAGI/MDS afirma que no período compreendido entre 2005 e 2009 a frequência escolar de crianças e adolescentes entre 6 a 17 anos das famílias beneficiárias foram 4,4 pontos percentual maior quando comparada com a frequência na mesma faixa etária em famílias não beneficiárias. No nordeste o resultado foi ainda maior: nada menos que 11,7 pontos percentuais de saldo positivo.

A mesma nota técnica afirma ainda que a progressão de ano para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos de famílias beneficiárias foi de 6,0 pontos percentual maior quando comparado com família não beneficiária.

Neste sentido optamos por contextualizar o programa, evidenciando como se dá a gestão do Estado brasileiro em relação valores, condicionalidades e monitoramento.

O valor do benefício varia de família para família, dependendo da situação socioeconômica do grupo familiar. Basicamente depois do aumento do PBF 2017, os valores do benefício são pagos da seguinte forma; para famílias cuja a renda mensal não ultrapasse a média de R\$ 170,00 por pessoas inscrita no grupo familiar; Para grupos familiares cujo a renda mensal não ultrapassa R\$ 85,00 ao mês, será pago auxílio mensal de R\$ 85,00 por mês, com o intuito de superar a situação de pobreza severa; Para grupos familiares com crianças cadastradas, será pago o valor de R\$ 39,00 por criança entre 0 e 15 anos de idade cadastrada, sendo possível cadastrar até 5 crianças; Em grupos familiares que tenham jovens entre 16 e 17 anos de idade em sua composição, será ainda pago o valor de R\$ 46,00 por cada 2 jovens cadastrados; O bolsa família ainda paga R\$ 39,00 no caso de gestantes cadastradas no grupo familiar . No caso de uma gestante sofrer com aborto espontâneo do feto, terá ainda o direito de receber o valor do benefício até o mês que se completaria 9 meses de gestação.



A gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família é um trabalho de parceria entre os três níveis de governo e entre vários setores, funcionando em ciclo e de forma articulada como:

## 2.2 A FENOMENOLOGIA DA RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA

A concepção de Educação Infantil e Fundamental é ressaltada por Abramovay e Kramer (1991), por suas verdadeiras intenções, as quais são as seguintes:

- Está implícito o preconceito com que as crianças de classes populares eram encaradas;
- O escamoteamento ideológico que acobertava a divisão da sociedade em classes;
- A ideia de preparação se vinculava diretamente à compensação de “carências” infantis, através do adestramento das crianças nas habilidades e conhecimentos que não possuíam.

É ilusório admitir que a Educação Infantil e Fundamental servisse de mola propulsora para mudança social, pois os verdadeiros problemas que afetam a sociedade em nada seriam abalados. De acordo com Kramer (1995), a Educação Infantil e Fundamental compensatória não beneficiaria de fato as classes populares; serviria, ao contrário, para discriminá-las com maior rapidez e perpetuar condições de disparidade e incoerência graves.

Um importante e eficaz mecanismo para a garantia da efetivação da aprendizagem por parte dos alunos é a análise da realidade e a aplicação das atividades curriculares a partir desta. Endossando essa temática, Vasconcellos, salienta que a análise da realidade e o primeiro item a ser contemplado quando da elaboração do Projeto de ensino-aprendizagem da escola, bem como das suas respectivas matérias curriculares. Para isso, é preciso que haja um esforço amplo e investigativo com vistas a captar, analisar e entender a realidade local, não só como a mesma se encontra no presente, mais como esta se articula com o passado do qual se originou, como se

projeta na perspectiva de futuro, com vista a propor mecanismos para a sua transformação.

Os professores precisam através desta análise adquirir a consciência de que não é possível educar, no sentido expresso da palavra, sem partir da realidade do aluno e sem estar sempre a ela vinculada. Devendo este, ser capaz se enquadrar os mais variados temas do currículo programático à realidade do educando.

O planejamento das atividades pedagógicas deve partir da realidade concreta tanto dos sujeitos, quanto do objeto de conhecimento a ser estudado, ou seja, o conteúdo programático, bem como do contexto em que se processa aquela ação pedagógica. Para que isso ocorra, segundo Vasconcellos, cabe ao educador, enquanto agente articulador do processo de ensino-aprendizagem conhecer a realidade na qual irá trabalhar, além é claro, do conhecimento do objeto de estudo em questão, e a partir disto, saber interpor ambas para que como resultado final se produza a aquisição de conhecimento.

Por outro lado, é preciso a partir da prática em que estamos inseridos, através da reflexão crítica e coletiva enquanto equipe, estar sempre propondo soluções que possam transformá-la com vistas a melhorar o sistema educacional.

Partindo dessa análise, em relação à valorização da realidade do aluno, o primeiro passo a ser alçado seria o de reconhecer a família como agente primordial para efetivação do processo educacional e a partir disso conhecê-las de fato. Aproximando-as assim do ambiente escolar. Identificando assim, quais são as demandas familiares em relação ao processo educacional de seus filhos e a partir delas construir propostas educacionais que sejam compatíveis com a realidade.

Segundo o mesmo autor, não se pode tirar as referências para a prática pedagógica apenas dos conteúdos programáticos/explicativos da realidade pedagógica educacional. Pois isso implicaria em tornarmos a realidade atual um modelo a ser construído e não a ser superado. Ou seja, não haveria assim realidade a ser questionada.

Bordenave (apud PATTO, 1994) afirma que:

[...] a participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades ao menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a autorreflexão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros (apud PATTO, 1994, p.16).

A família precisa e deve se perceber como uma agente importante no processo de ensino aprendizagem de seus filhos e cabe a escolar garantir a efetivação disto através de ações que valorizem o conhecimento mesmo empírico que as famílias possuam. Porém, à escola cabe a necessidade de repensar o que se deseja das famílias em relação a esta participação.

Uma vez que o que se tem visto é que as famílias só o são convocadas e quando o são, para estarem presentes nas reuniões de pais onde além de ouvirem por vezes durante horas a fio, uma massiva de informações burocráticas e queixas sobre o desempenho acadêmico e/ou comportamental de seus filhos, saem destas insatisfeitos, pois não se veem como agentes dignos de serem valorizados ou mesmo verem propostas de soluções eficazes para a solução das dificuldades apresentadas nessas reuniões.

Lück (apud FREIRE), considerando a gestão, afirma que:

[...] a lógica da gestão é orientada pelos princípios democráticos e é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação, organização e planejamento de seu trabalho e articulação das várias dimensões e dos desdobramentos de seu processo de implementação (2007, p. 36).

As famílias precisam se ver envolvidas pela escola e pelo processo de ensino aprendizagem e, as escolas, precisam criar espaços para a efetiva participação das famílias, a ponto de família e escola serem coautoras das decisões administrativas e pedagógicas e coparticipantes efetivas no processo de ensino/aprendizagem, o que irá favorecer a efetiva formação educativa dos estudantes.

A escola precisa ser o espaço onde irão ser formadas as novas gerações. Os professores precisam manter relações de proximidade com seus alunos, apoiados direta e constantemente pelas famílias.

É preciso valorizar a igualdade, a universalização do ensino, evitando em especial a discriminação, o abandono e, sobretudo o crescente quadro de analfabetismo funcional. Valorizar o processo educativo e não apenas o produto do conhecimento, investir e garantir que haja a verdadeira educação inclusiva, não só dos portadores de deficiência. Mas, sobretudo, das famílias que compõem a escola e reafirmar o verdadeiro objetivo da escola que é a de formar cidadão críticos, conscientes e capazes de mudar a sua realidade.

### 2.3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR E A RELAÇÃO PROFESSOR / ALUNO: ESCOLA E SOCIEDADE

Ao abordar a relação professor - aluno, é necessário primeiramente considerar que ela é constituída no seio de uma teia de relações muito mais ampla, que contempla as relações institucionais na escola e as relações sociais e políticas em que a escola está inserida.

Questões como as políticas de gestão e organização da escola, as concepções sociais acerca da população atendida pela escola e da relação ensino-aprendizagem, as ideias sobre quais são os problemas educacionais e como resolvê-los se refletem na relação entre professor e aluno. Muitas vezes, esses aspectos são desconsiderados e se responsabiliza o professor, ou o aluno, isoladamente, por um mau desempenho.

Primeiramente, é mister abordar certas acepções históricas que marcaram, sobretudo no Brasil, as políticas educacionais. Nesse sentido, um primeiro aspecto a ser abordado é a compreensão histórica dos problemas escolares enquanto problemas unicamente técnicos (PATTO, 1994, p. 81). Essa compreensão faz parte da cultura liberal, na qual o indivíduo é responsabilizado por seu desempenho econômico e social, desconsiderando-se os fatores próprios de uma sociedade de classes e os preconceitos e exclusões vividas pelas classes menos favorecidas.

Assim, as políticas educacionais não consideraram as necessidades do alunado, constituindo uma escola distante de sua realidade e destituindo as atividades escolares de um significado próximo à realidade do aluno. As autoridades

educacionais desconsideram as condições reais de trabalho e adotam medidas que, antes, exigiriam mudanças nas estruturas das escolas.

Esse abismo foi justificado por um discurso de defasagem técnica, no qual as teorias referidas nos planos de educação brasileiros entendiam os problemas escolares em termos de déficit infantil a ser sanado por uma determinada concepção teórica, implantada sem discussão com professores e trabalhadores diretos da escola.

Segundo Patto (1994, p. 83), o fracasso escolar se constitui no bojo dessa questão, como produto do conjunto de relações institucionais vividas no interior da escola e de um cotidiano no qual tudo conspira para que crianças e adolescentes pouco se beneficiem da escolarização.

Além disso, as condições políticas brasileiras, pouco democráticas em muitos momentos históricos, contribuíram para a constituição hierarquizada da escola brasileira, transformando as possibilidades de debate democrático sobre os problemas enfrentados em questões técnicas a serem resolvidas por agentes governamentais que muitas vezes nem sequer conheciam as escolas para as quais formulavam soluções. Segundo Braga (2005, p.32)

O contexto político ditatorial acentuou no Brasil as práticas educativas encontradas na concepção técnico-científica e enfraqueceu os processos culturais e criativos de uma identidade e uma educação brasileira que emergiram em construção na década anterior. Neste período, a tecnologia invade o educacional, aliada ao mito do fazer competente, substituindo a possibilidade do fazer crítico e reflexivo.

Nesse embate, as teorias pedagógicas são muitas vezes impostas aos professores que se veem na necessidade de implantá-las e adequar-se sem uma boa preparação para tanto, sem serem considerados os seus próprios problemas no cotidiano de trabalho, sem reflexões e avaliações profundas ou acompanhamento de resultados.

Assim, mesmo quando uma compreensão técnica ou teórica poderia contribuir para o cotidiano do professor sua adoção no interior da escola é vivida com autoritarismo e arbitrariedade, gerando insegurança e rejeição, havendo ainda o temor do risco de uma nova alteração.

Às vezes não se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno um simples gesto do professor. O que pode um gestos aparentemente

insignificante valer como força formadora ou como contribuição à do educando por si mesmo (FREIRE, 2007, p. 42).

Do mesmo modo que a culpabilização individual do discurso liberal perpassa o cotidiano do aluno, ela é também vivida pelo professor. A desconsideração de seu saber e sua possibilidade de pesquisa na prática educativa (ANDRÉ, 2001, p 77), os entraves a uma gestão democrática dos procedimentos e recursos da escola (HORA, 1997, p. 40), administrados de modo hierarquizado e desconsiderando as necessidades apontadas pelos professores,

A divisão de escolas e universidades de nível técnico, que devem apenas reproduzir o saber, e nível científico, que devem produzi-lo, distanciam o professor de uma vivência autônoma de seu trabalho.

Dessa forma, as dificuldades de construir uma relação democrática, autônoma e pautada pelo diálogo com o aluno se vinculam ao fato de o próprio professor não vivenciar esta autonomia em seu cotidiano de trabalho, na instituição escolar, na política educacional, na cultura e na sociedade.

A relação professor/aluno, considerada nas teorias atuais como fundamental no processo de aprendizagem, é falseada por uma compreensão tão individualizada quanto historicamente foi a responsabilização individual do aluno pelos problemas escolares.

Para pôr em prática o diálogo, o educador não pode colocar-se na posição ingênua de quem se pretende detentor de todo o saber; deve, antes, colocar-se na posição humilde de quem sabe que não sabe tudo, reconhecendo que o analfabeto não é um homem “perdido”, fora da realidade, mas alguém que tem toda a experiência de vida e por isso também é portador de um saber (GADOTTI, 1999, p.2).

É preciso, portanto, compreender que a consideração da ausência de alfabetização como ausência de pensamento apontada por Gadotti (1999, p. 2), por exemplo, se configurou num contexto muito mais amplo na teia de relações sociais, cujo quadro político e histórico possuiu papel preponderante. Um exemplo é o atual discurso e pressão pela aprovação.

Esse distorce a compreensão contínua do processo de aprendizagem, tornando-a uma simples diminuição de exigências, que encobre problemas do cotidiano escolar

e a dificuldade das instituições educacionais brasileiras em levar a cabo a formação de seus alunos, resolvendo os índices de evasão, repetência e alfabetização, porém não sua ocorrência concreta na vida de alunos e professores.

Além disso, atribui-se a culpa exclusivamente ao professor por um desempenho constituído num contexto muito mais complexo.

Diante desses conceitos, o fracasso escolar se apresenta como forma de descumprimento das normas fixadas pela escola e em outros casos, como desrespeito pelo professor, pelos colegas e ainda com atos de vandalismo e para que esses alunos tenham esse tipo de comportamento é porque alguma coisa está errada. “Os comportamentos inadequados são muitas vezes clamores que imploram a presença, o carinho e a atenção.” (CURY, 2003, p. 44).

É importante ressaltar que uma criança que recebe dos pais essas orientações e limites estará disposta a praticá-los em qualquer lugar, sem a interferência de outras pessoas e é claro, obterá a confiança de pais, professores, entre outros.

No processo pedagógico, a relação entre professores e alunos, a realidade escolar e a realidade de mundo vivenciada por docentes e discentes, bem como as experiências aí constituídas e sua relação com as concepções de mundo produzidas e reproduzidas no cotidiano configuram uma teia indissociável de relações, signos, significados e sentidos nos quais a aprendizagem e a educação, enquanto práticas e processos de criação de si mesmo e do mundo, estão imersas e tomam parte, numa relação recíproca: o meio social modifica e constitui a educação, que, por sua vez, configura e transforma o meio social.

#### 2.4 A PARCERIA FAMÍLIA/ESCOLA

Antigamente, o modelo de família consistia em pai, mãe e filhos. Esse modelo de estrutura familiar era considerado ideal pelo modo dominante de pensar na sociedade e, por isso, bastante usado para classificar todos os outros modos de organização familiar como desestruturados, desorganizados e problemáticos. Nesta compreensão de família há, sem dúvida, um julgamento que não é científico, mas moralista, pois utiliza um padrão como referência e considera os outros inadequados.

Atualmente, é impossível não perceber – vários estudos mostram – que existem muitas e inúmeras formas de estrutura familiar: a família de pais separados que realizam novas uniões das quais resulta uma convivência entre os filhos dos casamentos anteriores de ambos e os novos filhos do casal; a família chefiada por mulher (em todas as classes sociais), a nuclear, a extensa, a homossexual, enfim, observa-se uma infinidade de tipos que a cultura e os novos padrões de relações humanas vão produzindo. Isso sem considerarmos culturas bastante diferentes, como os grupos indígenas, por exemplo.

A família, do ponto de vista do indivíduo e da cultura, é um grupo tão importante que, na sua ausência, diz que a criança ou o adolescente precisam de uma “família substituta” ou devem ser abrigados em uma instituição que cumpra as funções materna e paterna, isto é, as funções de cuidado e de transmissão dos valores e normas culturais – condição para a posterior participação na coletividade.

Observa-se que essas funções são repartidas com outras agências socializadoras: instituições educacionais – creches, pré-escolas, jardins-de-infância, escolas – e os meios de comunicação de massa. Em todas as classes, as crianças estão indo cada vez mais cedo para as instituições educacionais. Os motivos são os mais diversos, sendo que um deles deve ser ressaltado: a entrada da mulher no mercado de trabalho, quer para garantir a renda familiar; quer como projeto de vida profissional.

É interessante perceber como a família vive as interferências do mundo social, de novas realidades históricas que vão produzindo pessoas diferentes e novas subjetividades.

Outro aspecto relevante a ser observado é o importante papel que os meios de comunicação de massa (particularmente a TV) têm cumprido na educação da criança e do adolescente, os quais estão expostos, cada vez mais cedo, às influências destas agências socializadoras. Nota-se, por exemplo, crianças vestidas como apresentadoras famosas da TV, ou outras que pedem de presente jogos, brinquedos e roupas divulgadas pela mídia.

Mesmo que a função socializadora, de formação das novas gerações, não seja delegada exclusivamente a estas instituições (escola, meios de comunicação de



massa) constata-se que, cada vez mais, elas influenciam as novas gerações: no seu modo de ser e estar no mundo, agora e mais tarde.

Dessa forma, Lacan (1987) sintetizou tudo o que foi exposto até aqui, quando afirmou que

Entre todos os grupos humanos, a família desempenha um papel primordial na transmissão de cultura. Se as tradições espirituais, a manutenção dos ritos e dos costumes, a conservação das técnicas e do patrimônio são com ela disputados por outros grupos sociais, a família prevalece na primeira educação, na repressão dos instintos, na aquisição da língua acertadamente chamada de materna. Com isso, ela preside os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico.

Freire (1985) destaca que o professor, grande maioria, por falta de tempo – devido a uma jornada excessiva de trabalho – ou por qualquer outro motivo passa a não acompanhar o que a mídia mostra aos seus alunos, fazendo com que suas aulas sejam repletas de ideias ultrapassadas, com informações antigas, que não interessam aos alunos.

A família, por sua vez, preocupada em oferecer aos filhos o que não obtiveram dos seus pais, acaba por deixá-los à mercê de informações que sequer, por curiosidade, conhecem.

Não há manual de como os pais devem educar seus filhos. Kabat-Zinn (1998, p. 28) explica que essa educação é algo bastante peculiar, pessoal. Necessitando vir do interior de cada um, com seu jeito singular, aprendendo a partir das experiências, com todas as fontes úteis que encontrar durante o percurso.

Não se trata de uma ação fácil, exigindo tanto do pai quanto da mãe muita dedicação, discernimento e união, mesmo que não vivam sob o mesmo teto. É importante que compreendam que os corpos se separam, as pessoas se separam, porém, não se deixa de ter responsabilidades, de também educar.

Ora, se a família e a escola, instituições sociais prioritariamente capazes de educar e orientar esses indivíduos não faz, quem fará? Tal agravante prejudica o desempenho na escola, devido a saturação das aulas; bem como prejudica em casa, com a falta de comunicação entre pais e filhos.

É aguardado o momento em que tais instituições passem a se preocupar tanto com o “ter” do aluno/filho e se voltem à preocupação do “ser” do mesmo.

O papel da autoridade democrática não é, transformando a existência humana num “calendário” escolar “tradicional”, marcar as lições de vida para as liberdades, mas, mesmo quando tem um comentário programático a propor, deixar claro, com seu testemunho, que o fundamental no aprendizado do conteúdo é a construção da responsabilidade da liberdade que se assume (FREIRE, 2007, p. 94).

Espera-se, pois, que a família participe mais ativamente das atividades escolares de seus filhos e que a escola se preocupe menos em cumprir com o programa de ensino que lhe serve de base para a educação que está desenvolvendo atualmente.

Segundo Freire (2007, p. 94)

No fundo, o essencial nas relações entre educador e educando, entre autoridade e liberdades, entre pais, mães, filhos e filhas é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia. [...] Ensinar e, enquanto ensino, testemunhar aos alunos o quanto é fundamental respeitá-los e respeita-me são tarefas que jamais dicotomizei.

Portanto, é hora de assumir a responsabilidade e agir em prol da qualidade na educação, em todos os sentidos. Quando se fala em educação de qualidade, revolução do ensino e escola cidadã é necessário compreender o que de fato significam professor e aluno nesse contexto.

#### **2.4.1 A Legislação educacional**

Silva (2005) relata também que na família também se concretiza o exercício dos direitos da criança e do adolescente, que estão embasados no direito aos cuidados essenciais para possibilitar seu crescimento e desenvolvimento físico, psíquico e social.

Aí entra a parceria família/escola. Uma conversa franca dos professores com os pais, em reuniões simples, organizadas, onde é permitido aos pais falarem e opinarem sobre todos os assuntos, será de grande valia na tentativa de entender melhor os filhos/alunos. A construção desta parceria deveria partir dos professores, visando, com a proximidade dos pais na escola, que a família esteja cada vez mais preparada para ajudar seus filhos. Muitas famílias sentem-se impotentes ao receberem, em suas mãos os problemas de seus filhos que lhe são passados pelos professores, não estão prontas para isso (SILVA, 2008, p. 01).

Para que haja uma possível participação dos pais na escola é importante que a família e escola sejam trabalhadas com mais intensidade, procurando observar seus pontos críticos, a fim de juntas manterem uma relação direcionada a resolver as dificuldades provenientes da educação escolar de seus filhos/alunos.

Sabemos que não é nada fácil manter uma parceria escola/família, mas é importante ressaltar a necessidade da participação dela no âmbito escolar, pois desse modo faz com que a criança se sinta valorizada, quando vê a participação de seus pais em sua vida educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB) de 1996 reconhece que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana (...) e nas movimentações culturais” (art. 1º da Lei 9394/1996).

Educação é um projeto conjunto, que deve ser efetivado por várias mãos, ou seja, na participação e engajamento de diversos segmentos, como: a família, os professores, a comunidade, o gestor e outros parceiros.

Nesse sentido, a família é convidada a estar se integrando ao contexto das unidades de ensino, pois se configura como representativa de maneira fundamental e integral nesse âmbito social civil.

A Lei Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB), constatando a relevância da integração família/escola, dispõe em seu artigo 2º que “A educação, dever da família e do estado [...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando [...] e sua qualificação para o trabalho” (LDB, 1996, p. 9) isto é, através da presença familiar é que os objetivos e disposições da lei se concretizam.

Bettelheim (1988. p. 64) reafirma que para o pleno desenvolvimento dos alunos, pais e escola devem se correlacionar:

O ingrediente essencial para o êxito da maioria das crianças na escola é uma relação positiva com os e com o envolvimento deles em assuntos intelectuais. A criança deseja ter acesso a tudo o que é importante para os pais a quem ama; quer aprender mais sobre as coisas que significa tanto para eles.

Nesta perspectiva, motivação escolar não consta somente por parte da família, tampouco somente da escola. Ela deve ser gerada envolvendo ambas as partes e de maneira que troquem ideias, discutam, estudem, opinem, sempre conjuntamente, pois um segmento espera do outro e cada um com sua contribuição é capaz de somar melhorias para a educação e conseqüentemente para os educandos.

#### **2.4.2 O que os pais esperam da escola e o que a escola espera dos pais**

O ativismo em que vivem os pais, muitas vezes, os torna omissos na participação na escola de seus filhos, ativismo este em que estão cada vez mais envolvidos, quer seja no mercado de trabalho ou nos afazeres rotineiros.

Os pais esperam que a escola auxilie seus filhos nas disciplinas em que estuda e que os mantenha em seu interior de forma íntegra e saudável, imaginando estar protegidos naquele espaço.

A escola, por sua vez, espera dos pais mais responsabilidade e menos cobranças, pois a sua ausência interfere diretamente no desempenho e disciplina dos alunos.

A escola tem o papel de ensinar juntamente com a comunidade e formar para a cidadania e instruir o indivíduo sobre seus direitos e deveres como parte integrante da sociedade favorecendo a participação dos alunos em relações sociais. A proposição de uma instituição social deve, sem sombra de dúvida, exercer uma função educativa junto aos pais, e estas se revelam a partir de uma prática de discussões que primem por informar, aconselhar e encaminhar os mais diversos assuntos. Dessa forma, para que família e escola, em colaboração mútua, possam promover uma educação integral para o cidadão, em cumprimento com as exigências legais da sociedade.

É interessante mencionar que, para Pequeno (2001), a família é responsável pelos laços de solidariedade e de afetividade desenvolvidos pela família e necessários para o bem estar de seus integrantes. Vale ressaltar que a educação, tanto formal quanto informal, é destacada nessa fala, o que poderia significar que, para a autora, a família deveria manter-se mais próxima da escola, pois ambas exercem um papel significativo no processo de ensino aprendizagem do aluno.

Conforme Lopes (2009) a Família é o primeiro grupo social ao qual a criança pertence e é através desse convívio com a família que a criança vai desenvolver padrões de socialização, pois os pais são responsáveis em ensinar os primeiros passos a criança, e os primeiros conhecimentos e a escola da continuidade a esse processo, é por isso que a participação ativa da família é de fundamental importância.

Conforme Pequeno (2001), é a família que desenvolve os laços afetivos e, sobretudo, materiais que são importantes para o desenvolvimento e bem estar dos seus integrantes. Segundo a autora, a família desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos, e no qual se aprofundam os laços de solidariedade, importante entre as gerações.

Vale ressaltar que a família precisa estabelecer uma relação de parceria com a escola, colaborando com o aprendizado e o desenvolvimento do aluno, pois através dessa parceria podemos garantir uma educação de qualidade. Portanto, também não se pode continuar ignorando a importância fundamental da família na formação e educação de crianças e adolescentes.

Entretanto, é preciso analisar a sociedade moderna, observando-se que uma das mudanças mais significativas é a forma como a família atualmente se encontra estruturada. Aquela família tradicional, constituída de pai, mãe e filhos tornaram-se uma raridade. Atualmente, existem famílias dentro de famílias.

Ao relacionar família com escola observamos que os pais contam muito com os professores para a educação de seus filhos. Essa questão foi analisada em uma pesquisa realizada pelo Inep – Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2005) que investigou a opinião dos pais sobre a escola pública. A pesquisa apontou que, segundo a percepção geral dos pais, os professores são responsáveis diretamente pela qualidade de ensino, pela disciplina na sala de aula, pela motivação dos alunos e pelo sucesso ou fracasso escolar. Analisamos, assim, que a família atribui ao professor a responsabilidade de educar e instruir seus filhos.

Dessa forma, os professores são analisados pelos pais, algumas vezes de forma positiva, outras de forma negativa, os pais que têm seus filhos com sucesso escolar remetem este sucesso a seus filhos, vendo os professores com bons olhos, pois não veem motivo para criticarem esses professores. Já os pais que têm seus filhos

sofrendo com o insucesso escolar, veem os professores com indiferença e remetem a eles a culpa do insucesso de seus filhos

Para as autoras Rocha e Macedo (2002), a família sustenta algumas fantasias familiares em relação à escola, por exemplo, o desejo de que a escola eduque o filho, principalmente, com situações que a família não se sente preparada, como ocorre em questões que envolvem limites e sexualidade, ou ainda, que o filho seja preparado para ingressar em universidades e obter êxito profissional e financeiro.

Vale ressaltar que tais estudos indicam uma possível ausência da família em acompanhar a vida escolar do filho, o que pode indicar a família como expectadora no processo de ensino aprendizagem. Nesse caso, a família poderia estar sem referencial em relação ao comprometimento com a educação no contexto escolar, por não se sentir preparada para acompanhar a vida escolar do filho devido às atividades profissionais ou, ainda, por não se sentir convidada pela escola para participar dos eventos realizados pela mesma.

Hoje a família é cobrada sua participação na escola, mas essa participação deve ser constante e consciente.

A participação em todos os níveis do processo educacional garantirá que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios dessa comunidade. Essa participação se efetivará através da integração do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório cultural (HORA, 1997, p. 21).

No entanto ressaltamos que família é um elemento importante onde deve estar ao lado da escola, na participação contínua junto de seus filhos, para que assim, os mesmos possam ser sujeitos de direitos, e que sua formação seja preenchida de significados, no qual possa exercer o exercício da cidadania.

Para que haja uma possível participação dos pais na escola é importante que a família e escola sejam trabalhadas com mais intensidade, procurando observar seus pontos críticos, a fim de juntas manterem uma relação direcionada a resolver as dificuldades provenientes da educação escolar de seus filhos/alunos.

## 2.5 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA FREQUÊNCIA E RENDIMENTO ESCOLAR

Conforme o Ministério da Justiça, as agressões à criança em seus direitos são a principal causa de abandono de escola ou mau desempenho nela, sintomas diversos que podem agravar a saúde e outras. Grande parte dessas é advinda do ambiente impróprio para a criança, pois o trabalho a expõe a situações suportar peso. Machucar as mãos, forçar a coluna e outros órgãos, ficar sem se alimentar adequadamente por longas horas e também sem ingerir água. A UNICEF estima que, diariamente, milhões de crianças sejam exploradas de alguma forma no Brasil (BRASIL, 1995).

Essa informação anterior sugere a necessidade de atenção à criança em idade escolar para que esta não precise trabalhar ou agir em prol dos pais, ficando em defasagem escolar. Daí a relevância e implantação do Programa Bolsa Família. Conforme Santos Júnior (2012, p. 28) esse programa surgiu de maneira a desenvolver a gestão da pobreza, minimizando as desigualdades sociais existentes:

O Programa de Transferência de Renda Bolsa Família é criado no ano de 2003, pela Medida Provisória nº 132 e, no ano de 2004, esse programa é institucionalizado pela Lei nº 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04. O objetivo do programa é a transferência de renda direta à população pobre e extremamente pobre, com condicionalidades: saúde e educação. Dessa forma, o Programa Bolsa Família demarcou, no bojo das reformas do Estado, a transferência de renda como elemento correlacionado com a política pública de combate à pobreza cuja finalidade principal era assumir a questão da pobreza como centralidade das transferências para intervenção no social.

Atrelado a ele, está o Projeto Presença, que visa assegurar a frequência dos alunos de maneira a que a infrequência não proporcione o fracasso, ao contrário ele visa:

Por meio dos mecanismos de gestão descentralizada, União, Municípios e Estados da Federação, foi criado o Sistema Presença que possibilita o acompanhamento da frequência escolar do Programa Bolsa Família. As informações são registradas e disponibilizadas nas estruturas responsáveis pelo monitoramento da condicionalidade (SANTOS JÚNIOR, 2012, p. 29-30).

Entende-se necessário, a partir de suas definições e do aporte que estes Programas desenvolvem, que a escola faça uso desses instrumentos de maneira a que os pais dos alunos não os afastem do contexto escolar, mas, ao contrário, sejam motivadores da frequência e da aprendizagem dos filhos.

Também se pode afirmar que a criança que é infrequente na escola, certamente não apresenta bom rendimento, pois depende das orientações do professor em diversos momentos. Assim, família e escola são convocados a monitorar e contribuir para que as crianças da Educação Básica frequentem a unidade de ensino e possam aprender.

Dessa forma o Sistema Presença, pelo Programa Bolsa Família, deve ser considerado como um instrumento de gestão e controle da pobreza, no qual a escola tem um papel fundamental a cumprir, mantendo os alunos pobres no processo de escolarização básica (SANTOS JÚNIOR, 2012, p. 31).

Todo esse enfoque foi desenvolvido no sentido de indicar que há um interesse maior pelo acompanhamento dos filhos e de sua frequência na escola em função das exigências do Programa Bolsa Família. Essas abordagens serão descritas na pesquisa exploratória no contexto escolar.

## 2.6 IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO ACOMPANHADO E BENEFICIADO PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Periodicamente, o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) gera uma base de dados com o público para acompanhamento das condicionalidades, ou seja, uma tabela com informações das crianças e adolescentes de 6 a 17 anos que terão a frequência escolar verificada, informações das crianças de 0 a 6 anos que terão o calendário de vacinas, o peso e a altura acompanhados além de dados das mulheres em idade fértil para identificação das gestantes e acompanhamento do pré-natal.

A partir das informações das famílias que constam no Cadastro Único e do sistema de benefício do cidadão (sibec), o sistema de condicionalidades (sicon) do MDS gera o público com perfil para acompanhamento das condicionalidades. Em seguida o MDS envia para o Ministério da Educação (MEC) e para o Ministério da Saúde (MS) as listas com o público a ser acompanhado nas respectivas áreas.

O envio ocorre por meio de sistemas específicos – Sistema de Presença e Sistema de Gestão do PBF na Saúde, respectivamente, e o MEC e o MS disponibiliza as informações aos municípios. Com base nas listas com relação das famílias em seu território, os municípios realizam o acompanhamento, coletam os resultados da



frequência escolar e do atendimento em saúde e os registram nos respectivos sistemas de saúde e da educação.

Anualmente, o MDS, o MEC e o MS definem um calendário operacional que apresenta os períodos de coleta e de registro das informações do acompanhamento das condicionalidades nos sistemas de Saúde e Educação. O calendário anual com as principais atividades do acompanhamento de condicionalidades é publicado em instrução operacional do MDS.

Na área da educação, o acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários de 6 a 17 anos ocorre cinco vezes ao ano, bimestralmente, excluindo-se os meses de dezembro e janeiro, destinados às férias escolares. Na área da Saúde, há dois períodos de acompanhamento – as chamadas vigências -, que englobam, cada um, de um semestre.

O MDS é responsável por sistematizar os resultados do acompanhamento das condicionalidades do PBF, por meio do Sicon, e por identificar as famílias em situação de descumprimento de condicionalidades, ou seja, aquelas que tem um ou mais integrantes que deixam de cumprir os compromissos assumidos na área da Saúde ou da Educação. Os estudantes com baixa frequência escolar, as crianças com calendário de vacinação e acompanhamento de crescimento desatualizados e as gestantes que não realizam o pré-natal sinalizam ao poder público que, por algum motivo, estão com dificuldade de acessar esses serviços. As dificuldades de acesso pode ser o indício de que a família se encontra em situação de vulnerabilidade e risco social.

Quando uma família descumpra os compromissos do bolsa família, são aplicados efeitos que podem causar repercussão nos benefícios. Esses efeitos são gradativos e variam conforme a histórico de descumprimento da família registra no Sicon. Lá o gestor municipal tem acesso a todos os descumprimentos e repercussões sobre o benefício de determinada família.

Existem alguns efeitos em relação ao descumprimentos das regras estipuladas, como:

- Advertência: a família é comunicada de que algum integrante deixou de cumprir condicionalidades, mas não deixa de receber o benefício.

- Bloqueio: o benefício fica bloqueado por um mês, mas pode ser sacado no mês seguinte junto com a nova parcela.
- Suspensão: o benefício fica suspenso por dois meses, e a família não poderá receber os valores referentes a esse período;
- Cancelamento: a família deixa de participar do PBF.

Para a progressão de um efeito para o seguinte, considera-se o intervalo de seis meses. Por exemplo, caso uma família tenha sido advertida, em março de 2017, e venha incorrer em um novo descumprimento, em período inferior ou igual a seis meses (ou seja, até setembro de 2017), o efeito progride para o bloqueio. Mas, se o novo descumprimento ocorrer em prazo superior a seis meses, o efeito será a advertência, isto é, reinicia-se a aplicação gradativa dos efeitos. O prazo de seis meses, no entanto, não vale para a progressão da suspensão para o cancelamento.

As famílias em descumprimento são notificadas pelo MDS, por meio de carta ou mensagens no extrato de pagamento, recomendando que procurem a gestão do PBF no município, em caso de dúvidas. As cartas indicam o integrante da família que descumpriu algum dos compromissos (se foi relacionado à área de Saúde ou de Educação) e o efeito aplicado.

Para que a família tenha seu benefício cancelado, são necessárias as seguintes ocorrências:

- a família está em fase de suspensão;
- o registro de acompanhamento familiar (AF) estar ativo no Sicon;
- se após 12 meses, contados do dia em que tenham começado a vigorar simultaneamente os itens a e b (suspensão e registro no Sicon de AF), a família apresentar no descumprimento com efeito de suspensão.

Quando o descumprimento ocorrer por motivos que cabem justificativas – seja por alguma situação ocorrida na própria família, seja por erro nos registros dos dados de acompanhamento -, o beneficiário pode entrar com recurso junto à gestão do Bolsa Família com a finalidade de reverter o efeito aplicado.

O recurso tem prazo para ser apresentado: até o último dia útil do mês seguinte ao da repercussão. Ele deve ser registrado e avaliado pela gestão do Sicon. A atividade deve ser feita pelo gestor municipal do PBF ou por outro profissional indicado por ele.

Caso o recurso seja aceito, o último efeito do descumprimento é anulado e a família poderá, se for o caso, receber o benefício financeiro referente a esse período.

A gestão municipal do PBF poderá reconhecer, mesmo se a família não tiver apresentado recurso, erros comprovados no registro de condicionalidades, anulando, no Sicon, os efeitos no histórico da família e sobre o benefício financeiro, por meio da funcionalidade do recurso.

O acompanhamento das condicionalidades permite ao poder público mapear algumas das principais situações de vulnerabilidade e risco social vivenciado pelas famílias mais pobres. Esses processos incluem cruzamentos periódicos de base de dados sobre o monitoramento realizado pela saúde e pela educação, além de indicadores que mostram em que medida as famílias beneficiárias do PBF estão conseguindo acessar os serviços nessas áreas. Os casos de descumprimentos podem sinalizar situações que requeiram a atuação da assistência social. Assim é possível construir diagnósticos sociais sobre indivíduos, família e territórios e executar ações de governo. Exemplo de informações com grande potencial de utilização são os motivos de baixa frequência escolar, os dados de situação nutricional de crianças e gestantes e o acompanhamento familiar realizado pela rede sócio assistencial.

O profissional da área de assistência social que estiver responsável pelo o acompanhamento sócio assistencial das famílias poderá ter acesso ao Sicon e registrar o resultado desse acompanhamento no módulo determinado de acompanhamento familiar. Nesta ferramenta, também é possível interromper, por até seis meses, os efeitos decorrentes dos descumprimentos das condicionalidades, caso o trabalhador social avalie que a manutenção da transferência de renda é necessária para a família superar as vulnerabilidades.

O profissional de assistência social terá a prerrogativa de prorrogar a interrupção temporária dos efeitos do descumprimento por mais de 6 (seis) meses, ou, ainda, cessar essa interrupção antes do fim do prazo, por meio do comando do Sicon. Sua decisão deve estar sustentada na avaliação do histórico familiar registrado no sistema e das vulnerabilidades de cada família.

A análise das informações sobre acompanhamento de saúde e Educação e assistência social é uma importante ferramenta para a gestão do PBF, pois contribui

tanto para ações pontuais com as famílias quanto contribui com a visão ampla dos municípios e dos estados, além uma radiografia ao longo do tempo dos números relativos e absolutos de crianças com baixo peso, sobrepeso, da falta de transporte escolar, da falta de oferta de serviços.

Os resultados do acompanhamento de educação e de saúde pelo poder público podem contribuir para o planejamento, a gestão e a prestação dos serviços aos beneficiários do Bolsa Família. O acompanhamento familiar é um dos serviços oferecidos pela a rede da assistência social e deve ser ofertada às famílias em descumprimentos de condicionalidades, prioritariamente aquelas que estão com o benefício suspenso.

A partir das situações de vulnerabilidade e risco social é possível identificar e localizar, no território, as famílias que necessitam do trabalho social, além da visita da própria família aos CRAS ou aos CREAS.

O trabalho social dá apoio à família na superação de vulnerabilidades sociais e no enfrentamento dos riscos que estão associados a pobreza, potencializa a capacidade de recuperação, preservação e desenvolvimento da função protetiva das famílias, contribuindo para sua autonomia e emancipação.

A EMEF “P” sabedora das obrigações que lhe cabe, no que diz respeito ao acompanhamento da frequência escolar que deve ser de 85% no mínimo para as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, feito pelas escolas e enviado ao ministério da educação é um das condicionantes para as famílias dos alunos em vulnerabilidade social receberem o benefício Bolsa Família. (Portal.mec.gov.br) Tem, desde o início do programa, êxito em sua execução.

### 3 DIÁLOGOS COM AS PESQUISAS: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Levando em consideração que o foco da pesquisa é um estudo sobre o Programa Bolsa Família, as representações que uma comunidade escolar fazem dele e as implicações dessas na educação, buscamos, dialogar com estudiosos que desenvolveram pesquisas no campo de políticas públicas para entendermos as reverberações com a educação, de forma que essas possam contribuir com nossa proposta de investigação. A busca por trabalhos acadêmicos (dissertações e teses), publicados no período de 2010 a 2017, se deu no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a partir dos descritores: Programas sociais, Política pública educacional, Educação e Cidadania.

Na leitura e análise dos textos que se aproximam de nossa pesquisa, procuramos identificar as questões de estudos dos trabalhos, os pressupostos teóricos, a metodologia de pesquisa, e os resultados obtidos com a investigação empreendida, vislumbrando aproximações e distanciamentos que, de alguma forma, possam enriquecer nosso trabalho. No quadro abaixo apresentamos o recorte, com as pesquisas selecionadas:

<b>Título</b>	<b>Tipo de trabalho e ano</b>	<b>Autoria</b>	<b>Vinculação</b>
Os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres: um estudo na comunidade do Morro de Vitória	Dissertação, 2010.	PEIXOTO, Socorro Letícia Fernandes	Universidade Estadual do Ceará
Programas de transferência de renda e as políticas educacionais: o sistema de presença	Dissertação, 2012.	SANTOS JÚNIOR, Wilson Camerino dos	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

e a gestão da pobreza na escola			
O Programa Mais Educação e suas interfaces com outros programas sociais federais no combate a pobreza e a vulnerabilidade social: intensões e tensões	Tese, 2015.	CARARO, Marlene de Fátima	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Os trabalhos de Peixoto (2010) ao utilizar as categorias analíticas: família, pobreza e gênero e de Santos Júnior (2012) ao mapear a concentração da população pobre no território capixaba (Grande Vitória) em muito contribuíram para compreensão dos mecanismos de funcionamento do Programa Bolsa Família e da condicionalidade educação. O enfoque dado, respectivamente, aos significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres pobres do Morro da Vitória, em Fortaleza - CE e às políticas educacionais implantadas em municípios capixabas, como meio de atender aos objetivos do Programa Bolsa Família especificam um campo de pesquisa, diferente do qual propomos, uma comunidade escolar situada em um bairro periférico do município de Serra – ES e isso foi fundamental para nossa delimitação de estudo.

Peixoto (2010) destaca que “mesmo com todas as limitações que uma política de transferência de renda possa trazer no âmbito das políticas públicas sociais” o Programa Bolsa Família “cumprir um papel extremamente importante na vida dos pobres”, dentre eles a diminuição da pobreza extrema, no Brasil. Santos Júnior (2012, p. 236) é mais realista ao trazer que

A pobreza, materializada na falta de estruturas sociais que comprometem o cumprimento da condicionalidade educação, passa a ser tratada como assunto pedagógico e isolada na responsabilidade do corpo técnico escolar, que não dispõem de recursos humanos para as intervenções devidas.

Tais apontamentos são exemplares da contribuição desses pesquisadores para nosso estudo de investigação, uma vez que trazem os “prós e os contras” de uma política social vinculada à educação, a qual queremos nos aprofundar e oportunizar o conhecimento à uma dada comunidade escolar.

O trabalho de Cararo (2015) também foi fundamental na elucidação das categorias de análise pensadas para a discussão de nosso estudo (Política, Educação e Cidadania) e, por isso, ganhou mais enlevo nessa revisão. Cararo (2015) mostra-nos as análises relativas ao Programa Bolsa Família e aos Programas de Transferência de Rendas (PTR) realizadas, nos últimos anos, por Kerstenetzky (2013) relatando-nos a pretensão do programa em efetivar a expansão de “[...] sua *vocação anti-pauperismo*, ou seja, universalizá-lo a todos os brasileiros pobres e com níveis adequados de benefício” para que em um futuro distante ele “perca o protagonismo ao se equalizarem oportunidades econômicas e sociais efetivas para todos os brasileiros”.

As análises de Kerstenetzky (2013), in Cararo (2015, p. 135) situam-se

[...] no horizonte do Estado de Bem-Estar Social como possibilidade de transformação social na direção de uma repartição mais equitativa da riqueza dos países capitalistas, dependendo de sua configuração institucional.

Na visão da autora, o Programa Bolsa Família

[...] tem a característica de um PTR institucionalizado e de amplo escopo para os pobres, introduzida em um país não desenvolvido e muito desigual, que apostou, desde o início, na possibilidade de redistribuição e no compromisso com oportunidades. “Essas características o diferenciam de políticas sociais residuais, neoliberais e afins, e o alinham com a tradição crítica ao pauperismo que desemboca no relatório Beveridge e que entre nós vai desaguar nos direitos sociais da Constituição Federal de 1988” (KERSTENETZKY, 2013, in CARARO, 2015, p. 135-136).

Para Cararo (2015, p. 136-137)

A perspectiva de Kerstenetzky (2013) é que a discussão do PBF deve focar seus aspectos mais propriamente desenvolvimentistas, tratando-se de uma transferência de renda para pobres em um país não desenvolvido e, portanto, pensar em que medida o Programa contribui para o desenvolvimento, no sentido de um processo de expansão de capacidades e realizações humanas, conforme o pensamento de Amartya Sen. O entendimento da conexão com o desenvolvimento e deste como expansão de capacitações são coerentes com os princípios constitutivos do PBF. Essa conexão e esses

princípios se traduziram em uma articulação entre a renda e o acesso a serviços sociais.

Ela ainda aponta que

Kerstenetzky (2013) pondera que o bom resultado traduzido no maior acesso a serviços se deva mais à informação do que à ameaça e talvez, no caso da frequência escolar, ao fato de que o complemento de renda permite às famílias abrir mão do trabalho mais extenso das crianças, embora não a abrir mão de todo o trabalho, enquanto as escolas forem em tempo parcial e o complemento for muito baixo. Aponta como grande desafio evitar que a prioridade aos mais pobres na provisão de serviços, em bases territoriais, acabe por reincidir na prática os direitos sociais universais que foram incorporados na Constituição de 1988. Como impedir a focalização e o prioritarismo de colidirem com o universalismo nos serviços sociais?

Nesse sentido, concordamos com Cararo (2015, p. 137) quando nos traz que

Os serviços universais de qualidade são a única garantia de que oportunidades sejam equitativas e efetivamente transformadoras das chances de vida das pessoas pobres. Assim, Kerstenetzky (2013) enfatiza que é justamente nos estados de bem-estar universalistas que as políticas sociais são mais efetivas em reduzir desigualdades.

Outro perigo que, segundo Kerstenetzky (2013), o prioritarismo precisa evitar é o afastamento da assim chamada nova classe média. A aquisição, por aqueles que conseguiram se livrar da pobreza de renda, de serviços privados que supõe ser de melhor qualidade - o que já vem ocorrendo -, além de ser uma solução precária para as questões de bem-estar desse grupo social, desviará energias políticas imprescindíveis para lutar e assegurar que os serviços se tornem de fato universais e de qualidade.

Em consonância com Cararo (2015, p. 138), compactuamos com a ideia de que

[...] as abordagens críticas ao Programa Bolsa Família o caracterizam como alívio/controlado da pobreza e dos pobres, como mecanismo de reprodução da pobreza, sem sua real ultrapassagem. Consideram que o Programa preserva interesses capitalistas e (re)naturaliza as desigualdades sociais, reforçando a subalternização e a negação de direitos. Nessa visão crítica, o vínculo do Programa com as áreas da saúde, educação e assistência social, não tem se traduzido num sistema de informações articuladas intersetorialmente.

Outras abordagens evidenciam perspectivas promissoras no PBF, como promotor de ampliação do capital social das famílias. Constatam que o PBF se articula com PTRs, situando-se num patamar de política mais preventiva do que protetora, assegurando autonomia aos beneficiários. Indicam que as manifestações contrárias ao PBF não têm sustentação objetiva e seriam resultado do preconceito e de uma cultura de desprezo pelos mais pobres.

A nosso ver, é de fundamental importância a articulação do PBF com outras políticas sociais básicas de qualidade e acessíveis, de fato, às famílias beneficiárias. Isso demanda altos investimentos financeiros - que se multiplique por três o percentual do PIB nele aplicado - e mecanismos de controle social efetivos. No contexto atual, o PBF deve ser fortalecido e expandido, na perspectiva da redução progressiva e eficaz das desigualdades sociais.



Diante do exposto, percebemos que o trabalho de Cararo (2015) elucidou muitas questões em relação a nossa proposição, assim como os de Peixoto (2010) e Santos Júnior (2012) nos permitiu ampliar o olhar acerca desse campo de estudo. Assim, com as questões elaboradas a partir das compreensões adquiridas com essa revisão de literatura, iremos à busca das significações, aquelas dadas por sujeitos às representações que elaboram a respeito políticas públicas de distribuição de renda e de programas sociais governamentais, tais como o Programa Bolsa Família.

Nesse sentido, tomando como ponto de partida

[...] o livro: Gramsci e o Brasil de SECCO, L. (2002), a palavra hegemonia, do grego gegemoniya (direção), já era de amplo uso no movimento socialista europeu, no início do século XX, principalmente entre os russos. O termo foi utilizado na historiografia cientificista do século XIX, que valorizava a história política e diplomática, a essa utilização se estendeu à própria linguagem diplomática, embora fosse de origem militar: hegemonia significava, entre os gregos antigos, a direção suprema dos chefes dos exércitos, os egemónes (condutores). No universo conceptual do marxismo contemporâneo, é geralmente entendida como capacidade de uma classe, uma fração ou conjunto de ração de classe, um grupo social ou mesmo um partido tem de dirigir outros segmentos sociais e eventualmente oprimir ou liquidar aqueles que não aceitam pacificamente a sua direção. A hegemonia gramsciana é, por isso, os que extrapolam os meios de oposição considerados legítimos pelo grupo hegemônico. Em Gramsci, a hegemonia oscila entre dois sentidos: direção consensual ou exercício legitimado da força por meio do consenso. Entretanto, a hegemonia não se resume a uma denominação ideológica ou mesmo política, mas se refere à relação orgânica que um grupo político mantém com uma classe fundamental (o que, em linguagem gramsciana, significa uma classe que exerce uma função decisiva no mundo da produção material) (FORTUNATO, 2006, p.9467).

Portanto, entender o conceito de política requer

[...] estudar de que forma a hegemonia está presente na escola através do trabalho desenvolvido, que perspectiva traçada por Gramsci, significa penetrar num ambiente dinâmico onde a solidez das crenças populares é um elemento indispensável para a manutenção, o aprimoramento ou a superação de uma ordem social. Isto implica em delinear as características escola, do trabalho humano, em desvendar os mecanismos de sua produção, reprodução e superação em evidenciar, entre eles, os que constituem a base sobre a qual irá ser construída a identidade da classe trabalhadora e sua capacidade de se torna classe dirigente (FORTUNATO, 2006, p.9467).

Assim, a contribuição de Gramsci para a educação na visão que podemos dar aos estudantes ajudando-os a desenvolverem o senso crítico, a superarem o senso comum e a estarem vacinados contra a naturalização dos discursos (OLIVEIRA, 2013).

Neste contexto, relação do programa Bolsa Família e a política brasileira estão ancoradas a divisão das classes e frações de classes sociais e, conseqüentemente, a apropriação diferenciada de bens produzidos socialmente causa do alto grau de desigualdade social, a vulnerabilidade social, a pobreza e a extrema pobreza.

Na perspectiva da educação o Programa Bolsa Família relaciona-se à política, na busca da universalização da educação básica (fundamental e média), condicionando o repasse do benefício à família do discente beneficiário a 85% de frequência escolar obrigatória para crianças e adolescente de 6 a 17 anos de idade.

Seguindo nossa linha de raciocínio e tomamos o conceito de educação de Paulo Freire como norteador de nossas leituras e análises. Segundo Freire (1987), não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo, e aos homens. Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação. Nesta, o que há de patologia de amor: sadismo em quem domina; masoquismo nos dominados. Amor, não. Porque é um ato de coragem, nunca de medo, o amor e compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com a sua causa. A causa de sua libertação. Mas este compromisso, porque é amoroso, é dialógico.

Como ato de valentia, não pode ser piegas; como ato de liberdade, não pode ser pretexto para a manipulação, se não gerador de outros atos de liberdade. A não ser assim, não é amor. Somente com a superação da situação opressora é possível restaurar o amor que nela estava proibido. Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo. Não há, por outro lado diálogo, se não há humildade. A preúncia do mundo, com que os homens se recriam permanentemente, não pode ser um ato arrogante.

O diálogo, como encontro dos homens para a tarefa comum de saber agir, se rompe, se seus polos (o um deles) perderem a humildade. Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, e nunca em mim? Como posso dialogar, se me admito como um homem diferente, virtuoso por herança, diante dos outros, meros “isto”, em quem não reconheço outros eu? Como posso dialogar, se me cinto participante de um gueto de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos que estão fora são “essa gente”, ou são “nativos inferiores”? Como posso

dialogar, se parto de que a prenuncia do mundo é tarefa de homens seletos e que a presença das massas na história é sinal de sua deterioração que devo evitar? Como posso dialogar, se me fecho a contribuição dos outros, que jamais reconheço, e até me sinto ofendido com ela? Como posso dialogar se temo a superação e se, só em pensar nela, sofro e definho?

A autossuficiência é incompatível com o diálogo. Os homens que não tem humildade não a perdem, não pode aproximar-se do povo. Não podem ser seus companheiros de prenuncio no mundo. Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta ainda muito a caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles, neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais.

Se o diálogo é o encontro dos homens para ser mais, não pode fazer-se na desesperança. Se os sujeitos do dialogo na esperam do seu quefazer, já não pode haver dialogo. O seu encontro é vazio e estéril. É burocrático e fastidioso. Finalmente, não há dialogo verdadeiro se não há nos seus sujeitos um pensar verdadeiro. Pensar crítico. Pensar que, não aceitamos a dicotomia mundo-homens, reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade.

A educação para Freire, está ligada às concepções de consciência e conscientização, criticidade, prática de liberdade, dialogicidade, politicidade e cognoscibilidade. A partir dessas considerações, vimos que os conceitos do humano e da educação trilharam um caminho de desenvolvimento e de reformulações.

Neste sentido o programa Bolsa Família, imerso nesses conceitos poderá contribuir para que os oprimidos caminhem rumo a uma sociedade justa e alcance a liberdade.

Outra categoria conceitual importante elencada por nós, imersa no campo social, é a de cidadania. Para utilizá-la, tomaremos como base os estudos de Ciavatta (2006) ao considerar que

[...] a luta da classe trabalhadora e de seus intelectuais ao longo de dois séculos do capitalismo, foi buscar, sistematicamente, não só desmascarar o falseamento das noções de produtividade e de trabalhador produtivo, mas lograr conquistas importantes em termos de regulamentação do capital e de por freios à super exploração do trabalho. O trabalhador brasileiro é um cidadão em luta permanente por essa emancipação fundamental (CIAVATTA, 2006, p. 06)

A relação do Programa Bolsa Família com a cidadania se dá em virtude da necessidade de assegurar efetivamente os direitos de cidadãos negados a uma quantidade expressiva de brasileiros, uma vez que é notória a intensão por parte do governo o desmonte dos serviços do Estado e a diminuição na oferta de benefícios sociais.

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCUS DA PESQUISA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental “P” está localizada a av. Pres. Kennedy, s/nº, no bairro Jardim Carapina, município de Serra, Estado do Espírito Santo, CEP: 29161-767, é um bairro periférico oriundo de uma ocupação, ocorrida nos idos de 1986.

A escola tem como mantenedora a Secretaria Municipal de Educação de Serra e foi criada pelo Decreto nº 1812 de 14 de maio de 1991 e aprovada pela Resolução CMES nº 038 de agosto de 2007.

Vale ressaltar que, a partir da ocupação do bairro, o movimento popular se organizou e passou a atuar em defesa da educação, desde então a escola passa por diversas modificações.

Em 1990, ainda sem prédio para o funcionamento da escola, as igrejas abriram suas portas e disponibilizaram 4 salas para funcionar de 1ª a 4ª série em locais distantes distribuídos pelo bairro, sem a mínima infraestrutura, onde a escola passou a atuar com professores voluntários da comunidade sem autorização do poder público. Paralelo ao fato, movimento popular pela Educação negociava com o poder público a construção de uma escola no bairro.

Em 1991, a Prefeitura Municipal de Serra construiu 04 salas de aulas e efetuou o remanejamento dos alunos e a escola passou a funcionar em 3 turnos para absorver a clientela dos espaços cedidos, na rua Presidente Kennedy, sendo mantida pelo PMS recebendo verba específica para despesas com materiais de consumo e permanente.

A Escola foi criada em 1991 pelo decreto nº1218/91 com o nome de Escola de 1º Grau Padre Gabriel, em homenagem ao Padre Gabriel Felix Roger Maire, assassinado no dia 23/12/1989, na cidade de Vila velha.

O Pe. Gabriel, foi um grande missionário e profeta Francês que veio para o Brasil e se colocou a serviço do povo mais sofrido, após sua chegada a Vitória no dia 04/10/1980 dirigiu-se para a cidade de Cariacica e começou a trabalhar em porto de

Santana, um ano depois assumiu o acompanhamento de mais comunidades na paróquia de Campo Grande empenhou-se na organização do povo oprimido, através da conscientização, ligando fé e vida.

Em vários momentos da vida do povo, Gabriel se fez presente em passeatas de estudantes, trabalhadores, mulheres; nas associações de moradores motivando para a necessidade de se organizar para enfrentar quem os oprimia; na luta por moradia. Em Jardim Carapina também se fez presente por vários momentos incentivando a participação do povo nos movimentos populares, sindicais e políticos.

No ano seguinte, 1992, a criação da escola despertou interesse daqueles que não tinham procurado por matrícula. Com a alta demanda, o número de vagas foi insuficiente para atender a população escolar e voltou a figurar os chamados “anexos”, com até 100m de distância da escola, funcionando na mesma situação anterior (salas alternativas anexas fora do espaço da unidade de ensino). Em 1994 o prédio escolar foi ampliado, elevando para 9 o número de sala de aulas, dando fim aos espaços alternativos.

Em 1995, o número de matrículas aumentou em mais duas passando para 11 salas, foi quando se criou o turno noturno com atendimento à modalidade de ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos).

A partir de 2004, a escola passou a atender da 1<sup>o</sup> a 6<sup>o</sup> série no turno diurno. No ano seguinte, os alunos da 4<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> séries e os alunos do noturno foram remanejados para a EMEF João Paulo II, recém inaugurada no bairro, absorvendo também toda clientela do Espaço Alternativo Jardim Carapina de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> séries do turno matutino.

Em 2010, a escola passa a atender do 1<sup>a</sup> ano do Ensino Fundamental de 9 anos de acordo com a lei nº 11.274, de fevereiro de 2006. Sanciona que: Art3<sup>o</sup> o Art. 32 da lei nº 9.394, de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9(nove) anos, gratuito nas escolas públicas, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão”. A propósito, o objetivo é assegurar a todas as crianças um tempo mais longo no convívio escolar, mais oportunidade de aprender e um ensino de qualidade. A intenção é fazer com que aos seis anos de idade a criança esteja no primeiro ano do Ensino Fundamental e termine esta etapa de escolarização aos 14 anos.

A partir de 2013, com a inauguração novas instalações, mais amplas e modernas com um ginásio poliesportivo, a escola passou a atuar com 16 salas de aulas em cada turno (matutino / vespertino) na modalidade fundamental I.

De acordo com o movimento realizado pela mantenedora (Secretaria Municipal de Educação), encontram-se matriculados atualmente 786 alunos divididos em dois turnos, sendo que cerca de 300 destes alunos são beneficiário do programa Bolsa Família.

O quadro Administrativo Pedagógico é composto de 01 Diretor, 04 profissionais de assessoramento pedagógicos, 04 coordenadores, 01 Secretária Escolar e 04 Professores em desvio de função executando serviço de auxiliar de secretaria.

#### 4.2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Na perspectiva de que só conhece em profundidade alguma coisa da vida, da sociedade ou da cultura quando há envolvimento ou empreendimento pessoal entre o investigador e o que ou quem se investiga, é que, pretendemos desenvolver estudo que se caracterizou como sendo uma pesquisa qualitativa do tipo participante. Com Triviños (1987) consideramos que,

O pesquisador, por coerência, por disciplina, deve ligar a apropriação de qualquer ideia à sua concepção de mundo, em primeiro lugar, e em seguida, inserir essa noção no quadro teórico específico que lhe serve de apoio para os estudos dos fenômenos sociais Triviños (1987).

A escolha pela pesquisa qualitativa do tipo participante se deu após a busca de seus princípios fundamentais, que: Segundo Haguette, (1999, p. 224) são:

- a) a possibilidade lógica e política de sujeitos e grupos populares serem os produtores diretos ou associados do próprio saber que mesmo popular não deixa de ser científico;
- b) o poder de determinação de uso e do destino político do saber produzido pela pesquisa, com ou sem a participação de sujeitos populares em suas etapas;

c) o lugar e as formas de participação do conhecimento científico erudito e de seu agente profissional do saber, no 'trabalho com o povo' que gera a necessidade da pesquisa, e na própria pesquisa que gera a necessidade da sua participação.

Pode-se dizer que os modelos participativos tendem a gerar maior eficiência nos processos e rotinas da organização possibilitando aos gestores delegar maior responsabilidade e funções aos colaboradores.

Outro instrumento que usamos foi o Grupo Focal. Tomando com referência Gatti (1962), que define e caracteriza Grupo Focal "como um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas pelo pesquisador para discutir e comentar um tema (objeto de pesquisa) a partir de sua experiência pessoal" e que tem como características o trabalho no âmbito das abordagens qualitativas; a seleção dos participantes seguindo critérios, conforme o problema, segundo características comuns que qualificam para a discussão da questão que será foco do trabalho interativo e da coleta de material discursivo / expressivo; os participantes devem ter uma vivência com o tema de modo que os elementos que emergirem esteja ancorado em sua experiência cotidiana, não diretiva; o ambiente do grupo minimiza opiniões falsas ou extremadas, proporcionando o equilíbrio e a fidedignidade dos dados, que através desta ferramenta metodológica do Grupo Focal é possível identificar tendências sem expor os participantes mesmo diante de uma relação de confidencialidade.

Este recurso metodológico possibilitou evidenciar a percepção dos sujeitos da pesquisa em relação à temática abordada, optamos por realizar três encontros com públicos distintos: um com os profissionais de assessoramento Pedagógico (duas pedagogas do matutino e duas do vespertino); outro, com três alunos beneficiários e seus responsáveis; e por fim um terceiro encontro com três técnicos da Secretaria de Educação de Serra responsáveis pelo monitoramento do programa.

Como questões disparadoras, problematizadora do tema, optamos por elaborar uma roda de conversa com três grupos focais sobre a temática Bolsa Família: a primeira, pedagogos que atendem a turmas com alunos inscritos e participantes do programa; o segundo grupo, de técnicas da Secretaria de Educação, responsáveis pela inscrição e monitoramento dos alunos no PBF; e o terceiro grupo envolveu o diretor e professores que atuam em turmas cujos alunos sejam beneficiários.



Dessa forma, a partir das respostas dadas às perguntas norteadoras e das discussões que emergiram com o grupo focal, passamos a analisar e a refletir sobre as representações que os envolvidos na pesquisa têm sobre política, cidadania e educação e, a partir disso, traçar considerações sobre o Programa Bolsa Família e suas reverberações numa dada comunidade escolar.

Outro recurso metodológico que utilizamos foi a análise das falas de professores e pais no sentido de obter suas expectativas em relação ao PBF e sua eficácia no acompanhamento da frequência dos alunos, bem como o desenvolvimento destes na escola e em outros setores da sociedade, desenvolvendo atendimentos à saúde e a prática de atitudes que melhorem sua vida.

A fim de complementar a análise da influência do Programa Bolsa Família no desempenho escolar de seus beneficiários e tentando uma aproximação com o desempenho dos filhos das pessoas entrevistadas, percorremos os resultados dos mesmos, anos em que foram encontrados registros dos mesmos nas atas de resultados finais da escola lócus da pesquisa.

## 5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

A Metodologia da pesquisa foi a qualitativa com o aprofundamento da compreensão de um grupo, ou seja, para compreender os processos da inclusão no município de Serra realizando uma pesquisa bibliográfica e usando recursos de coletas de dados como entrevista com professores e pais de alunos cadastrados no Programa Bolsa Família.

O desenvolvimento deste trabalho esteve vinculado à pesquisa denominada exploratória e descritiva. Gil (2007, p. 68) sabiamente coloca que: “as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com problema, com vistas a torná-lo explícito na construção das hipóteses no aprimoramento de ideias”.

Enquanto que a pesquisa descritiva consiste em descrever de forma bem detalhada como tem se configurado a gestão da pobreza na EMEF pesquisada, no que tange ao atendimento dos alunos beneficiários do Bolsa Família.

O estudo de campo constitui um modelo clássico de investigação no campo da antropologia, onde se originou. Nos dias atuais, no entanto, sua utilização se dá em muitos outros domínios, como no da sociologia, da educação, da saúde pública e da Administração (GIL, 2007, p. 53). Para a realização deste trabalho a pesquisa de campo foi desenvolvida através de observação e coleta de dados “*in locus*” na escola, especificamente, junto a professoras e pais da comunidade escolar.

Gil (2007) aponta que o estudo de campo procura muito mais o aprofundamento das questões propostas. E como o estudo é desenvolvido no local em que ocorre o fenômeno, seus resultados costumam ser mais fidedignos.

Para tanto, foi realizada a análise de documentos, que segundo Gil (2007) se assemelha às fontes bibliográficas, a diferença de ambas está na natureza das fontes, onde os documentos são fontes que ainda não receberam um tratamento analítico.

No *lócus* da escola, procedeu-se inicialmente uma visita para que se pudesse explicar a pesquisa e a necessidade de participação. A escolha das professoras ocorreu por trabalharem na escola há mais tempo, tendo um vínculo e conhecimento maior sobre o assunto; e os pais foram escolhidos aleatoriamente, mediante, informação de que os filhos estavam inscritos no Bolsa Família.

Procedeu-se a entrevista nos dias 27 e 28 de setembro de 2018, com as professoras e 10 (dez) pais de alunos das comunidades escolares, inscritos no Programa Bolsa Família. As professoras responderam a um formulário com perguntas objetivas (fechadas). Os pais, como muitos são analfabetos ou semi analfabetos, a entrevista foi oral, sendo as respostas transcritas pelo pesquisador, tal qual responderam, também com perguntas fechadas.

A seguir serão apresentadas as informações coletadas para, assim, desenvolvermos a análise conforme a temática abordada. Ressalta-se que não foram divulgados nomes dos participantes, pois o que nos importa na pesquisa são as respostas, não procedeu-se a identificação para manter a idoneidade dos professores e pais, respondendo de maneira mais espontânea e descompromissada.

### 5.1 PERCEPÇÕES DAS PROFESSORAS

A entrevista focalizada realizada com as professoras da escola agregou informações no que se refere às percepções que reconhecem no Programa Bolsa Família.

Explica-se que ambas fazem o controle da frequência dos alunos em lista de chamada e repassam os dados para a Secretaria de Educação de Serra, onde estes são tabulados e informados ao Sistema de Frequência. Segundo elas, o benefício é suspenso, quando os alunos faltam sem justificativa plausível.

No primeiro questionamento da entrevista, perguntou-se se elas têm conhecimento sobre quantos alunos participam do Programa Bolsa Família. E ambas disseram que sim, pois a Secretaria solicita a frequência destes, mas não conhecem o valor e outros detalhes.

O segundo questionamento foi “O Programa tem contribuído com a diminuição da infrequência em aproximadamente que percentual?”. Uma informou que acredita que seja em 80% e a outra indicou que em 70%. A diferença foi pequena, mas ao que se observa, nas turmas mais novas (1º ao 5º) o percentual é mais relevante em relação à frequência, menor no sentido de menos infrequência.

A próxima indagação, 03, ressaltou o desempenho escolar: “E o rendimento, obteve melhorias?”. Ambas docentes sinalizaram que sim, que mediante a frequência e participação dos alunos na escola, a aprendizagem ocorre.

A pergunta 04 pede para que as professoras mostrem quais benefícios são percebidos na escola, além da frequência, mediante o Bolsa Família. A professora do 2º sinalizou a aprendizagem de conteúdos e a participação das atividades em sala e de casa; a professora do 4º Ano informou a aprendizagem de conteúdos e o avanço, pois a falta à escola levava os alunos à reprovação em anos anteriores.

A última questão (5) direcionada às professoras, foi a observação que elas faziam dos benefícios do Bolsa Família fora da escola. Elas relataram que os alunos possuem material didático pessoal e a higiene e saúde melhoraram significativamente.

Entende-se que o Bolsa Família está sendo utilizado adequadamente em relação ao contexto escolar dos alunos.

## 5.2 PERCEPÇÕES DOS PAIS DOS ALUNOS

Com 10 (dez) pais da comunidade escolar também foram feitas 05 (cinco) questionamentos, entretanto, como percebeu-se dificuldade na leitura e entendimentos das perguntas, o pesquisador optou por fazer a entrevista, marcando as opções conforme cada participante ia respondendo.

A primeira questão envolveu a quantidade de crianças/filhos que recebiam o Bolsa Família. A maioria dos entrevistados, 08 (oito), responderam que mais de 04 (quatro) crianças estão cadastradas e recebem o benefício.

A segunda pergunta busca saber da satisfação em relação aos valores recebidos. A maioria, 09 (nove), considerou o valor recebido pelas crianças como razoável e apenas uma o considerou bom.

A pergunta de número 03 (três) solicitava saber com o que os pais gastavam o valor recebido do Bolsa Família dos filhos. Nessa questão, as respostas foram: 04 (quatro) disseram com material escolar; 02 (dois) com remédios, 02 (dois) com o uniforme, 01

(um) com alimentação e 01 (um) com outros. Entende-se que a concepção dos pais também já está mudando, pois a maioria pensa em investir no estudo dos filhos adquirindo materiais escolares que os auxiliem nos estudos.

A questão 04 questionou sobre o Bolsa Família e sua relevância na frequência dos alunos e todos indicaram que sim. Principalmente porque a infrequência do aluno representa a suspensão do mesmo.

A 5ª e última pergunta, solicitou que os pais indicassem o quanto o Bolsa Família os auxilia e a seus filhos, qual a satisfação neste sentido. A maioria, 08 (oito), indicou como muito bom, 01 (um) como bom e 01 (um) como regular.

Importa destacar que essas informações se somam ao desempenho dos alunos e à melhoria na frequência escolar. O Bolsa Família, na escola visitada está cumprindo seu papel na busca pela frequência dos alunos, levando-os a aprendizagem e desenvolvimento intelectual, social e de melhoria na pobreza existente.

### 5.3 DIÁLOGOS COM OS GRUPOS FOCALIS

O segundo momento, após as entrevistas, resultou no conhecimento acerca da formação e atuação dos processos grupais, que são momentos de estudos, discussões e debates acerca de temas inerentes à escola e, principalmente, em relação a melhoria na qualidade da educação prestada aos educandos. Pois a escola possui uma frequência significativa dos alunos, o que se imagina ser por sua participação no PBF, entretanto, percebeu-se que falta a presença mais ativa e participativa dos pais e a melhoria do desempenho escolar, pois somente “não faltar às aulas” não tem sido a resposta aos investimentos feitos nos alunos. Assim, a gestão da escola, juntamente com grupos focais (professores, pedagogos e Secretaria de Educação), conseguiram observar alguns pontos fracos e buscar meios de intervir para que a melhoria no ensino-aprendizagem surtisse efeito positivo.

Entre os dificultadores do ensino-aprendizagem, os grupos apontaram:

- 1) Falta de tempo com alunos fora da sala de aula;
- 2) Comunicação das atividades da escola;

- 3) Modo de funcionamento dos espaços de discussão;
- 4) Pouca análise das experiências compartilhadas;
- 5) Pouco tempo para planejamento dentro da CH;
- 6) Comunidade reside distante da escola (bairros vizinhos);
- 7) Política da indiferença.

Na maioria das vezes a escola se sente sozinha na tarefa de educar, pois os valores advindos de casa não correspondem às expectativas dos professores que se alteram, buscam promover a melhoria das relações interpessoais, mas muitas vezes não consegue. A disciplina e a atenção dos alunos são requisitos relevantes à sua aprendizagem, pois independentemente de estar dentro ou fora de sala, seu comportamento influencia em seu desempenho, no dos colegas e na atuação docente, que consegue desenvolver seu planejamento sem inferências negativas. Os grupos focais entendem que é preciso mudar e isso perpassa pela motivação da participação de todos, enquanto comunidade escolar, não sendo tarefa apenas do gestor, ou do professor, mas de ações feitas a muitas mãos.

Outro ponto marcante nos apontamentos dos grupos foi a necessidade de trabalhar com os alunos dentro e fora de sala de aula, para que eles possam interagir em qualquer espaço, respeitando seus limites e os da turma.

O PBF incentiva a participação dos pais no acompanhamento escolar dos filhos, porém a ausência e falta dos pais é ponto indicado, mesmo que a distância se coloque como empecilho, ela não pode se sobrepor ao desejo de que os alunos alcancem um desempenho desejável.

A falta de tempo, e a carga horária excessiva dos docentes também contribui negativamente para que os planejamentos não envolvam atividades mais criativas e diversificadas. Por isso, o pedagogo deve ser peça-chave nessa questão, fazendo-se presente e atuante, dando sugestões e auxiliando no que for preciso.

Como facilitadores, foram citados:

- 1) Existência de espaço para planejamento;
- 2) Trocas de experiências
- 3) Proximidade e cuidado dos professores com os alunos.

Dessa forma, as falas indicaram que há boa vontade e espaço adequados, devendo-se trabalhar formas de minimizar os dificultadores e ampliar os facilitadores.

Em participação no Grupo focal Pedagogos, foi proposto o estudo do Programa Bolsa Família e suas representações na escola. A fala inicial de uma das participantes do grupo focal foi o que “é um tema político chato porque mexe com a comunidade, nos afeta, mexe com a criança as famílias, só querem saber do benefício.”

Lançaram-se os questionamentos sobre “quais vantagens e desvantagens para os alunos vocês colocariam em relação à adesão das famílias ao programa da bolsa família? Na prática pedagógica de vocês existe algum indício limitador ou potencializado para aprendizagem dos alunos que se beneficiam do programa da bolsa família?”

A fala da pedagoga da escola pesquisada foi a seguinte, na íntegra:

“[...] no primeiro momento eu acho que deveria ter uma capacitação, uma formação para os familiares, colocar para eles que o principal objetivo do estado, governo é educar as nossas crianças e fazer delas sujeitos críticos, isso ele constrói dentro da escola, então esse benefício o objetivo maior dele no meu ponto de vista é este, agora infelizmente a família não vê assim e também algumas escolas não enxergam assim, isto me deixa mais triste ainda. Por que, quantos e quantos pais eu atendo dizendo assim ‘eu vim aqui para pegar uma declaração para o bolsa família é pra receber o bolsa família é, então eu nunca vi, ela dizendo que o meu filho não está vindo por causa disto’. Ah, eu to recebendo isso, mas a qualidade do ensino do meu filho não está legal, eu quero saber como está o ensino do meu filho porque é importante pra mim, então eu não vejo isto na família. Isto me deixa muito triste, eu já ouvi comerciante da comunidade falar comigo que vai pagar o bolsa família, que vai receber para garantir outras coisas pessoais para o responsável e não para a criança. Então eu acho que esse benefício, eu não sei se ele mais constrói ou mais destrói e a gente enquanto escola abona a falta deste menino para ele não perder o bolsa família e ai com é que tá o menino? como está o processo ensino-aprendizagem, assim eu tenho maior arrepio quando o pai chega pra min e diz ‘abona as faltas ai porque eu não estou recebendo o bolsa família’. Quando pergunto porque o filho não está vindo, a resposta é porque ele não acorda cedo, vai pra casa do pai, o pai não traz, isso é uma coisa que me deixa, assim, muito triste ,eu sou contra o bolsa família

eu acho que teria que ter uma outra bolsa, uma outra maneira, eu acho que a gente tinha que cobrar é da família ir lá na casa daquele pai e dizer que não vai receber como é que esta o caderno de seu filho acabou pra você as vezes, cobra até por ameaças a diretor, .a pedagogos, tiram por causa de ameaças então a gente fica refém o bolsa família ,nos torna refém, é isso que eu penso.”

Certamente a explanação da pedagoga expõe uma realidade, mas são poucos os casos de famílias que não utilizam adequadamente o recurso recebido pelo PBF. A maioria faz uso de maneira devida, investindo em materiais, alimentação, uniforme e recursos que possam auxiliar os alunos em sua formação.

O cadastro único começou em 2001, quando foi pensado para começar a mapear as famílias de baixa renda no Brasil. A partir de 2004, ele ganha força com a criação e início do Programa Bolsa Família, onde são mais 30 programas que utilizam a base do CAD- único mensalmente, não só para fazer a seleção das famílias que tenham perfil para os diferentes programas, mas também para que elas continuem sendo beneficiadas por alguns programas, porém, não basta ter o CAD- único ele precisa estar atualizado, caso contrário ele não serve nem para a inserção nem para a manutenção dessas famílias nos benefícios aos quais elas foram selecionadas.

Embora tenhamos mais de 30 programas que utilizam a base do CAD- ÚNICO cada programa tem seu próprio corte de renda e seu perfil para inclusão e manutenção. Não basta ter CAD- ÚNICO, NÃO É ele que vai dizer que a família vai ter a tarifa social de energia ou que terá direito ao Programa Bolsa Família. Com base nessas informações, o segundo grupo focal a que participamos foi o de técnicas da Secretaria de Educação. A primeira a demonstrar sua opinião falou “Somos refém do PBF”.

A colega continuou:

“O objetivo real da Bolsa Família é bom, mas a sua utilização é inadequada principalmente pelos pais, pela família, porque a criança não tem como administrar esse valor. É a família que tem que ter a consciência de com esse valor vai ser revestido em benefício da criança na área educacional, porque o foco do BF é educacional, é escola, é aprendizado e isso não ocorre. Ocorre exatamente em que, em gastar no supermercado com cigarro, cerveja pra coisa que não tem nada a ver com o objetivo, não sou contra nem a favor. Porque tudo tem os dois lados, se



realmente a família tendesse a utilizar essa verba, valor para o benefício da criança em comprar o material um caderno bom, levar a criança ao cinema, teatro, isso é educação você levar o seu filho aonde ele possa se apropriar de conhecimento.”

Outra representante complementou:

“Pois é, o Bolsa Família deveria ser utilizado dessa forma não só pra comprar um caderno, uma mochila, mas sim para essas questões culturais, aqui dentro do bairro mesmo você pode contar nos dedos qual o pai que leva seu filho ao cinema, nós temos crianças que nunca foram, tanto que a gente articula aulas de campo para as crianças adquirirem esses conhecimentos, mas não é por falta porque esse dinheiro se fosse revertido corretamente, a criança seria oportunizada, então infelizmente o objetivo é bom, mas a utilização não é adequada por parte da família que não tem a consciência real do que é educação, porque infelizmente, na nossa realidade, aqui da comunidade a maioria dos pais são analfabetos ou semianalfabetos é difícil ter um pai aqui que tenha o nível superior a maioria não tem, mal chegam ao ensino médio, então a maioria deles não tem essa consciência que o filho necessita diante da globalização diante de tudo que está acontecendo, hoje em dia, que o filho tem essa necessidade pra futuramente ele ser inserido no mercado de trabalho com uma qualificação melhor.”

A terceira participante desta conversa, também da Secretaria de Educação de Serra, conclui, dizendo:

“Isto não acontece, continua perpetuando aquela coisa, não tem problema não depois vira pedreiro, depois vira doméstica não tem problema, vai ganhar o dinheiro, mas e alfabetização para que essa criança avance de ano, tenha boas notas e principalmente tenha conhecimento em relação ao que é ser um cidadão crítico, entendeu? Então, assim, o governo, em si, eu acredito, que o objetivo é bom, mas a família não sabe administrar corretamente, porque se houvesse essa boa administração o Bolsa Família seria algo que viria a acrescentar na vida da criança, mas infelizmente não é dessa forma e somos reféns, sim, diante de ameaça que precisa deste valor que a gente sabe que não é para esse fim educacional, então assim, parte principalmente da questão da família a administração desse valor, claro é muito fácil você receber o benefício, precisa de uma declaração da escola, criança está matriculada, agora saber do rendimento, saber se a criança realmente está

aprendendo, o acompanhamento quase não existe por parte da maioria de nossas famílias dos nossos estudantes.

Novamente surge a questão da falta de foco das família em relação à real significação do PBF, mantendo-o para o desenvolvimento dos filhos, quer seja na escola ou em momentos de cultura e lazer.

No grupo focal, envolvendo o diretor e professoras, entendeu-se que a falta de conhecimento e a falta de necessidade básica levam os pais a investirem em outras situações que não convém repetir.

Este grupo sugere que se façam mutirões e encontros para que a família receba essas informações de maneira a trabalhar conjuntamente com os objetivos da escola e do PBF, uma vez que o foco maior da educação é a aprendizagem dos alunos.

## CONCLUSÃO

A família ainda é o primeiro contato social que se tem, passando posteriormente às demais instituições que os indivíduos vão participando é que agregam sua socialização.

O que constatamos, atualmente, é a desestrutura familiar e com isso algumas causas que certamente culminarão na escola, como atitudes desrespeitosas, falta de limite, perda de valores e infrequência dos alunos.

Essa realidade já foi maior e os casos de abandono da vida escolar eram alarmantes até a década de 1990. A partir de 2001, com a implantação do Cadastro único e com o acompanhamento às famílias e crianças em idade escolar, os índices foram diminuindo, em alguns municípios como Serra-ES bastante reduzido.

O problema detectado obteve resposta a contento, pois se percebeu que o Bolsa Família é uma esperança de melhorias na educação e na diminuição da pobreza local, oportunizando que a comunidade se desenvolva e melhore em aspectos como: educação, saúde, busca pelos direitos, cumprimento dos deveres.

Também se constatou que a família compreende sua parcela de responsabilidade em desfazer a ideia de levar as crianças para trabalhar, mantendo-as na escola, onde aprendem, brincam, se alimentam e adquirem a formação cidadã que necessitam.

Essa parceria entre escola e família no uso e orientação adequada do Bolsa Família precisa se intensificar, pois a qualidade com a aplicação do benefício é que faz a diferença. Os gastos com materiais escolares e uniforme, bem como a alimentação prévia da criança são funções que a família deve gerir adequadamente. Em contrapartida, a escola também precisa motivar para que essa realidade exista, para que os alunos recebem o que precisam e também informe a frequência de maneira responsável e real.

Sabemos que falhar existem e continuarão a existir, como em outros programas, mas a oportunidade dada em investimentos aos alunos é algo que se pode apreciar. Podemos enumerar algumas ações que descumprem o formato e objetivo do Programa Bolsa Família, conforme apontado por sujeitos participantes em alguns

momentos do texto, mas esses pontos negativos não podem servir de obstáculo a muitos avanços já alcançados, um deles a erradicação do trabalho infantil; outro, a mortalidade infantil, já que o acompanhamento médico e alimentar deixou de gerar a morte precoce de infantes.

O envolvimento de diferentes instituições sociais nesta causa são significativos, tendo a escola, os postos de saúde e suas agentes, as igrejas e algumas ONGs. Isso fortalece a ideia de que o Programa Bolsa Família não é uma forma de gerar mais pobreza ou incentivar a marginalidade. Ao contrário, ele existe e foi criado no intento de subsidiar as crianças através de seus responsáveis (pais).

O apontamento de pedagogos e outras pessoas que acompanham o PBF não deve se resumir a fatos ocorridos isoladamente, mas devemos levar em conta o contexto maior, milhares de vidas se desenvolvendo em locais antes impróprios, milhares de alunos frequentando as salas de aula e a realidade de pessoas buscando melhorar sua condição através da educação.

Obviamente que precisamos avançar mais, e a pesquisa de campo deu mostras nessa direção. Fazer a educação ser eficaz, com momentos de ensino-prazer-aprendizagem, em que os alunos tenham um objetivo maior que a frequência, que busquem aprender de maneira significativa, de forma se tornem cidadãos conscientes de seus deveres e direitos e que a presença na escola seja consequência do desejo de frequentá-la, fazendo parte de sua construção enquanto instituição.

Finalmente, a escola pode, através de seus grupos focais, criar momentos de diálogo, em que as opiniões e ideias possam se somar numa ação de motivação da família na escola, parceria que certamente acrescentará muito ao que a última já desenvolve. Quando os pais retomarem sua posição ante a responsabilidade pela educação dos filhos, a educação alcançará seu ápice e poderá ser conceituada como de qualidade.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Mirella Souza. **Riscos e vulnerabilidade:** razões e implicações para o uso na política nacional de assistência social. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, (UFES), 2012.

BETTELHEIM, Bruno. **Uma vida para seu filho:** pais bons o bastante. Rio de Janeiro: Campos, 1988.

BRAGA, Maria José. **Disposições temporais de futuro e longevidade escolar em famílias populares.** Florianópolis: Perspectivas, 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional.** Lei n.º 9394/96. São Paulo: Editora do Brasil, 1996.

\_\_\_\_\_. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Resolução nº 41 de Outubro de 1995- UNICEF. (DOU 17/19/95).

CARARO, Marlene de Fátima. **O Programa Mais Educação e suas interfaces com outros programas sociais federais no combate a pobreza e a vulnerabilidade social:** intensões e tensões. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, (UFES), 2015.

CIAVATTA, Maria. **Formação do Cidadão Produtivo a Cultura de Mercado no Ensino.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN04%20CIAVATTA,%20M.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2018.

CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, professores fascinantes.** 7. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FORTUNATO, Sarita Aparecida de Oliveira. **Escola, educação e trabalho na concepção de Antonio Gramsci.** Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2015\\_2166.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2015_2166.pdf)>. Acesso em 12 jun. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** 35. Ed. São Paulo: Terra e Paz. 2007.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas.** São Paulo: Ática1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão Democrática na escola**: Artes e ofícios da participação coletiva. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais** [on line] 2005. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em 10 de maio. 2017.

KABAT-ZINN, Myla. **Nossos Filhos nossos Mestres**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

KERSTENETZKY, C.L. **Aproximando intenção e gesto**: Bolsa Família e o futuro p. 467480. IN Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania (p. 467480)./organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri.– Brasília : Ipea, 2013.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LACAN. **A família**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1987.

LOPES, Patrícia. **Atuação dos pais na educação**. 2009. Disponível em: < <http://www.educador.brasilecola.com/sugestoes-pais-professores/atuacao-dos-pais-na-educacao.htm> > Acesso em: 28 jul. 2018.

OLIVEIRA, Luciano Amaral (org). **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo, Parábola, 2013.

PATTO, M. H. S. **A Produção do Fracasso Escolar**: Histórias de Submissão e Rebeldia. São Paulo: T.A. Queiroz, 1994.

PEIXOTO, Socorro Letícia Fernandes. **Os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres**: um estudo na comunidade do Morro de Vitória. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, (UEC), 2010.

SANTOS JÚNIOR, Wilson Camerino dos. **Programas de transferência de renda e as políticas educacionais**: o sistema de presença e a gestão da pobreza na escola. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, (UFES), 2012.

SILVA, Vilma Correa Amancio da. **Um caminho inovador: o projeto educacional da Escola Regional de Merity (1921-1937)**. 2008. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa quantitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1: ENTREVISTA COM PROFESSORAS

1. Você tem conhecimento sobre quantos alunos são cadastrados no Programa Bolsa Família?

- ( ) SIM
- ( ) NÃO

2. O Programa Bolsa Família tem contribuído para a diminuição da infrequência em cerca de que percentual?

- ( ) 20%
- ( ) 40%
- ( ) 50%
- ( ) 60%
- ( ) 70%
- ( ) 80%
- ( ) 90%
- ( ) 100%

3. E o rendimento, obteve melhorias?

- ( ) SIM
- ( ) NÃO

4. Destaque, além da frequência, que benefícios o Bolsa Família trouxe para a escola?

- ( ) Aprendizagem de conteúdos
- ( ) Inclusão
- ( ) Aprovação/avanço
- ( ) Outro. Qual \_\_\_\_\_

5. Além da parte educacional, o que, em melhorias, o Bolsa Família trouxe para a vida dos alunos (extraescolar)?

- ( ) Aquisição de uniforme
- ( ) Material didático
- ( ) Alimentação
- ( ) Saúde
- ( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_



## APÊNDICE 2: ENTREVISTA COM PAIS

1. Quantos filhos são cadastrados no Programa Bolsa Família?

- 1                       3  
 2                       4  
 3                       mais de 4

2. Você considera o valor recebido por filho como suficiente?

- SIM  
 NÃO

3. Você, enquanto responsável pelo alunos, utiliza o Bolsa Família com seus filhos para?

- Compra de material escolar  
 Remédios  
 Alimentação  
 Compra de uniformes  
 Outros. Quais? \_\_\_\_\_

4. O Bolsa Família ajudou seu filho a não faltar mais às aulas?

- SIM  
 NÃO

5. De que forma o Bolsa Família foi e é relevante para sua família? Avalie.

- Ótimo  
 Muito bom  
 Bom  
 Regular  
 Péssimo